



Informações Trimestrais 1ITR 2026



Centro
Cultural
Banco da
Amazônia

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	56.058.315
Preferenciais	0
Total	56.058.315
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	64.644.431	63.323.902
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	57.895	55.544
1.01.01	Caixa	57.895	55.544
1.02	Ativos Financeiros	60.446.409	59.403.667
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	18.237.258	18.970.202
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	18.237.258	18.970.202
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	42.209.151	40.433.465
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	84.184	82.900
1.02.04.02	Aplicações no Mercado Aberto	2.109.735	1.449.989
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	63.554	61.189
1.02.04.04	Operações de Crédito	43.029.787	41.304.315
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-3.468.969	-2.871.070
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	390.860	406.142
1.03	Tributos	2.386.037	2.186.298
1.03.03	Outros	2.386.037	2.186.298
1.03.03.01	Crédito Tributário	2.089.961	1.936.515
1.03.03.02	Impostos e Contribuições a Compensar	296.076	249.783
1.04	Outros Ativos	1.409.373	1.362.601
1.04.03	Outros	1.409.373	1.362.601
1.06	Imobilizado	181.995	186.309
1.06.01	Imobilizado de Uso	492.668	490.468
1.06.03	Depreciação Acumulada	-310.673	-304.159
1.07	Intangível	162.722	129.483
1.07.01	Intangíveis	499.311	460.710
1.07.03	Amortização Acumulada	-336.589	-331.227

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	64.644.431	63.323.902
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	53.340.161	52.156.586
2.02.01	Depósitos	12.684.955	13.203.645
2.02.04	Outras Captações	40.655.206	38.952.941
2.02.04.01	Letra de Crédito do Agronegócio	1.158.312	1.113.036
2.02.04.02	Obrigações por Empréstimos	136.098	155.407
2.02.04.03	Obrigações por Repasse do País - Instituições Oficiais	649.266	561.899
2.02.04.04	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	8.019	3.948
2.02.04.05	Sociais e Estatutárias	510.746	510.746
2.02.04.06	Fundos Financeiros de Desenvolvimento	37.787.412	36.218.293
2.02.04.07	Outros Passivos Financeiros	144.729	122.901
2.02.04.08	Obrigações por Repasses do Exterior	218.976	244.169
2.02.04.10	Relações Interfinanceiras	9.439	352
2.02.04.11	Instrumentos Financeiros Derivativos	32.209	22.190
2.03	Provisões	4.059.397	3.941.574
2.03.01	Compromissos de Empréstimos	56.555	46.549
2.03.02	Garantias Financeiras Prestadas	1.658.717	1.569.956
2.03.03	Passivos Atuariais	1.067.711	1.023.198
2.03.04	Demandas Judiciais	819.152	798.742
2.03.05	Plano Saldados	186.224	190.834
2.03.06	Provisões Diversas	271.038	312.295
2.04	Passivos Fiscais	62.042	64.337
2.04.01	Correntes	52.214	57.594
2.04.02	Diferidos	9.828	6.743
2.07	Patrimônio Líquido	7.182.831	7.161.405
2.07.01	Capital Social Realizado	3.654.918	3.654.918
2.07.01.01	Capital Realizado	3.654.918	3.654.918
2.07.02	Reservas de Capital	2.253	2.253
2.07.03	Reservas de Reavaliação	15.391	15.642
2.07.04	Reservas de Lucros	3.866.225	3.866.225
2.07.04.01	Reserva Legal	428.868	428.868
2.07.04.02	Reserva Estatutária	3.437.357	3.437.357
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	47.788	0
2.07.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-403.744	-377.633

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	1.663.239	1.427.921
3.01.01	Operações de Crédito	985.815	775.797
3.01.02	Resultado Oper.Tit.Val.Mobiliários	674.932	651.188
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	2.492	936
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.904.592	-1.283.883
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-383.098	-344.683
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-799.801	-650.994
3.02.03	Perdas Esperadas para Ativos Financeiros	-737.122	-283.922
3.02.04	Resultado de Operações de Câmbio	15.429	-4.284
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	-241.353	144.038
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	150.349	215.648
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	197.302	196.021
3.04.03	Despesas com Pessoal	-211.693	-189.133
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-210.955	-136.350
3.04.05	Despesas Tributárias	-44.867	-43.300
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	675.100	529.641
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-254.538	-141.231
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	-91.004	359.686
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	138.541	-52.229
3.06.01	Corrente	0	-71.592
3.06.02	Diferido	138.541	19.363
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	47.537	307.457
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	47.537	307.457
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	47.537	307.457
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,84799	5,48459

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	47.537	307.457
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	-25.861	58.576
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-12.544	28.568
4.02.01.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial - Instrumentos Financeiros Classificados como VJORA	-6.026	39.656
4.02.01.02	Efeito Tributário sobre Ajustes de Avaliação Patrimonial - Instrum Fin Classificados como VJORA	2.711	-11.088
4.02.01.03	Efeito Tributário sobre Ajustes de Avaliação Patrimonial - Hedge de Fluxo de Caixa (Derivativos)	7.551	0
4.02.01.04	Ajustes de Avaliação Patrimonial - Hedge de Fluxo de Caixa (Derivativos)	-16.780	0
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	-13.317	30.008
4.02.02.01	Remensuração Relacionada a Planos de Benefícios Definidos	-24.670	54.859
4.02.02.02	Efeito Tributário sobre Remensuração Relacionada a Planos de Benefícios Definidos	11.102	-24.687
4.02.02.03	Realização da Reserva de Reavaliação	251	-298
4.02.02.04	Efeito Tributário sobre Realização da Reserva de Reavaliação	0	134
4.04	Resultado Abrangente do Período	21.676	366.033

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-25.096	1.327.301
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	882.008	781.932
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	-91.004	359.686
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	973.012	422.246
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-907.104	545.369
6.01.02.02	(Aumento) em Outros Valores e Bens	0	-977
6.01.02.03	(Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-1.284	-90.676
6.01.02.04	(Aumento) em Relações Interfinanceiras e Interdependências	30.658	55.878
6.01.02.05	(Aumento) em Operações de Crédito	-1.854.097	-1.090.293
6.01.02.06	(Aumento) em Outros Créditos	-243.335	-409.494
6.01.02.07	Aumento em Depósitos	-518.690	213.650
6.01.02.08	(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	42.864	-29.978
6.01.02.09	Aumento em Captações no Mercado Aberto	45.277	48.482
6.01.02.10	Aumento em Outras Obrigações	1.637.280	1.908.441
6.01.02.11	IR e CS pagos	-45.777	-59.664
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	687.194	-716.939
6.02.02	(Aumento) em TVM a Valor Justo Outros Resultados Abrangentes	730.359	-702.159
6.02.03	(Aumento) em TVM mantidos ao Custo Amortizado	0	-10
6.02.05	Adição em Bens Não de Uso	-2.364	0
6.02.06	Adição em Imobilizado de Uso	0	-12.728
6.02.07	Alienação em Imobilizado de Uso	-2.200	0
6.02.08	Aplicação do Intangível	-45.424	-2.042
6.02.09	Baixa do Intangível	6.823	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	662.098	610.362
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.505.532	454.414
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.167.630	1.064.776

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.654.918	2.253	3.866.225	-377.633	0	15.642	7.161.405
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.654.918	2.253	3.866.225	-377.633	0	15.642	7.161.405
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-26.111	47.537	0	21.426
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	47.537	0	47.537
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-26.111	0	0	-26.111
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	251	-251	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	0	251	-251	0
5.07	Saldos Finais	3.654.918	2.253	3.866.225	-403.744	47.788	15.391	7.182.831

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.654.918	2.253	3.389.542	-531.910	0	16.288	6.531.091
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-206.013	0	-206.013
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.654.918	2.253	3.389.542	-531.910	-206.013	16.288	6.325.078
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	58.740	307.457	0	366.197
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	307.457	0	307.457
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	58.740	0	0	58.740
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	58.740	0	0	58.740
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	164	-164	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	0	298	-298	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	-134	134	0
5.07	Saldos Finais	3.654.918	2.253	3.389.542	-473.170	101.608	16.124	6.691.275

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	1.798.519	1.869.661
7.01.01	Intermediação Financeira	1.663.239	1.427.921
7.01.02	Prestação de Serviços	197.302	196.021
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-737.122	-283.922
7.01.04	Outras	675.100	529.641
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.182.899	-995.677
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-431.264	-266.660
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-14.774	-14.773
7.03.02	Serviços de Terceiros	-177.381	-106.370
7.03.04	Outros	-239.109	-145.517
7.04	Valor Adicionado Bruto	184.356	607.324
7.05	Retenções	-11.876	-9.665
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-11.876	-9.665
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	172.480	597.659
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	172.480	597.659
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	172.480	597.659
7.09.01	Pessoal	176.236	156.567
7.09.01.01	Remuneração Direta	125.829	115.067
7.09.01.02	Benefícios	34.572	29.542
7.09.01.03	F.G.T.S.	15.835	11.958
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-58.217	128.095
7.09.02.01	Federais	-62.553	122.984
7.09.02.02	Estaduais	5	20
7.09.02.03	Municipais	4.331	5.091
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	6.924	5.540
7.09.03.01	Aluguéis	6.924	5.540
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	47.537	307.457
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	47.537	307.457

ÍNDICE

Informações Trimestrais	03
Balanco Patrimonial	03
Demonstração do Resultado.....	05
Demonstração do Resultado Abrangente.....	06
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	07
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	08
Demonstração do Valor Adicionado.....	09
Nota 1 - Contexto operacional	10
Nota 2 - Apresentação das informações trimestrais.....	10
Nota 3 - Resumo das principais práticas contábeis	10
Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa	16
Nota 5 - Aplicações interfinanceiras de liquidez	16
Nota 6 - Ativos financeiros – TVM.....	16
Nota 7 - Operações de crédito	20
Nota 8 - Perda Esperada para Ativos Financeiros.....	25
Nota 9 - Instrumentos Financeiros Derivativos e <i>Hedge</i> Contábil.....	25
Nota 10 - Outros Ativos Financeiros.....	27
Nota 11 - Imobilizado e Intangível	27
Nota 12 - Passivos a Custo Amortizado	28
Nota 13 - Outros Passivos.....	30
Nota 14 - Provisões, Passivos Contingentes e Obrigações Legais.....	30
Nota 15 - Patrimônio Líquido.....	33
Nota 16 - Tributos.....	34
Nota 17 - Desdobramento das Principais Contas de Resultado	37
Nota 18 - Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM)	40
Nota 19 - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)	40
Nota 20 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)	41
Nota 21 - Fundo da Marinha Mercante (FMM)	42
Nota 22 - Fundos de Investimentos Financeiros (FIFs)	42
Nota 23 - Partes Relacionadas	42
Nota 24 - Remuneração Paga aos Empregados e Administradores.....	44
Nota 25 - Benefícios a Empregados	44
Nota 26 - Gerenciamento de Riscos e Capital	44
Nota 27 - Outras Informações.....	50
Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais	53
Parecer do Conselho de Administração	55
Declaração da Diretoria sobre as Informações Trimestrais	56
Declaração da Diretoria sobre o Relatório do Auditor Independente	57
Membros da Administração	58

BALANÇO PATRIMONIAL

A T I V O	NOTAS	31.03.2026	31.12.2025
Disponibilidades	4	57.895	55.544
Ativos Financeiros		60.446.409	59.403.667
Ao Custo Amortizado		42.209.151	40.433.465
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5	84.184	82.900
Provisão para Perdas Esperadas	5	(12)	(12)
Aplicações no Mercado Aberto	4 e 5	2.109.735	1.449.989
Títulos e Valores Mobiliários (TVM)	6.a / b	63.554	61.189
Provisão para Perdas Esperadas	6.a	(124)	(119)
Repasses Interfinanceiros	20	248.637	247.617
Operações de Crédito	7.a	43.029.787	41.304.315
Provisão para Perdas Esperadas	7.a / 8.a	(3.460.533)	(2.863.910)
Outros Ativos Financeiros - Carteira de Câmbio	7.a	142.223	158.525
Provisão para Perdas Esperadas	7.a / b / 8.a	(8.300)	(7.029)
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	6.c / d / e	18.237.258	18.970.202
Títulos e Valores Mobiliários (TVM)	6.e	18.366.106	19.098.500
Provisão para Perdas Esperadas	6.e	(128.848)	(128.298)
Outros Ativos Financeiros	10	1.409.373	1.362.601
Ativos Fiscais		2.386.037	2.186.298
Ativos Fiscais Diferidos de Impostos e Contribuições	16.c / d	2.089.961	1.936.515
Impostos e Contribuições a Compensar	16.f	296.076	249.783
Imobilizado	11.a / c / d	181.995	186.309
Imobilizado de Uso		492.668	490.468
Depreciação Acumulada		(310.673)	(304.159)
Intangível	11.b / c	162.722	129.483
Intangíveis		499.311	460.710
Amortização Acumulada		(336.589)	(331.227)
TOTAL DO ATIVO		64.644.431	63.323.902

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

BALANÇO PATRIMONIAL

P A S S I V O E P A T R I M Õ N I O L Í Q U I D O	NOTAS	31.03.2026	31.12.2025
Passivos Financeiros		57.461.600	56.162.497
Ao Custo Amortizado		54.910.704	53.650.190
Depósitos	12.a	12.684.955	13.203.645
Outros Instrumentos de Dívida (LCA)	12.b	1.158.312	1.113.036
Relações Interfinanceiras		9.439	352
Obrigações por Empréstimo	12.c	136.098	155.407
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	12.d.1 / 23.b.1	649.266	561.899
Obrigações por Repasses do Exterior	9 / 12.e	218.976	244.169
Instrumentos Financeiros Derivativos	9	32.209	22.190
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	12.f	37.787.412	36.218.293
Outros Passivos Financeiros	12.g	518.765	514.694
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		8.019	3.948
Sociais e Estatutárias		510.746	510.746
Provisão para Perdas Esperadas	14.a.1	1.715.272	1.616.505
Compromissos de Empréstimos	8.a	56.555	46.549
Garantias Financeiras Prestadas		1.658.717	1.569.956
Provisões		2.344.125	2.325.069
Passivos Atuariais	14.a.2 / 23.b.1	1.067.711	1.023.198
Contingenciais	14.a.3	1.033.151	1.017.261
Outras provisões	14.a.3	243.263	284.610
Outros Passivos	13	144.729	122.901
Obrigações Fiscais	16.g	62.042	64.337
Correntes		52.214	57.594
Diferidos		9.828	6.743
Patrimônio Líquido	15.a	7.182.831	7.161.405
Capital Social	15.b	3.654.918	3.654.918
Reservas de Capital	15.d	2.253	2.253
Reserva de Lucro	15.d	3.866.225	3.866.225
Reserva de reavaliação	15.c	15.391	15.642
Outros Resultados Abrangentes		(403.744)	(377.633)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	15.f	(403.744)	(377.633)
Lucros ou Prejuízos Acumulados		47.788	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		64.644.431	63.323.902

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	NOTAS	1º TRIMESTRE 2026	1º TRIMESTRE 2025
Receitas da Intermediação Financeira	17.a	1.663.239	1.427.921
Operações de Crédito		985.815	775.797
Resultado de Operações com TVM		674.932	651.188
Rendas de Outras Operações com Características de Crédito		2.492	936
Despesas da Intermediação Financeira	17.a	(1.182.899)	(995.677)
Operações de Captação no Mercado		(383.098)	(344.683)
Operações de Empréstimos e Repasses		(799.801)	(650.994)
Perdas Esperadas Para Ativos Financeiros (Líquidas)	8.b / 17.a	(737.122)	(283.922)
Perdas Esperadas de Operações de Crédito		(725.249)	(277.856)
Perdas Esperadas de Outros Ativos Financeiros		(1.867)	(5.499)
Perdas Esperadas de Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar		(10.006)	(567)
Variações Cambiais (Líquidas)	17.a	15.429	(4.284)
Resultado de Intermediação Financeira	17.a	(241.353)	144.038
Outras Receitas Operacionais		872.162	725.572
Receitas de Prestação de Serviços	17.c	138.273	137.249
Receitas de Tarifas Bancárias e Comissões	17.d	59.029	58.772
<i>Del Credere</i> FNO	20	571.739	492.562
Recuperação de Rendas FNO	20	15.148	11.972
Recuperação de Encargos e Despesas		851	3.175
Demais Receitas Operacionais	17.h	87.122	21.842
Outras Despesas Operacionais		(478.943)	(379.409)
Despesas de Pessoal	17.e	(211.693)	(189.133)
Despesas Administrativas	17.f	(199.079)	(126.685)
Despesas Tributárias	17.g	(44.867)	(43.300)
Depreciação e Amortização	11.c	(11.876)	(9.665)
Demais Despesas Operacionais	17.h	(11.428)	(10.626)
Provisões	17.h	(243.080)	(130.592)
Garantia Financeira Prestada (Líquida)		(161.398)	(47.606)
Passivo Atuarial		(46.072)	(55.428)
Demandas Judiciais		(31.204)	(19.343)
Planos Saldados		(4.406)	(8.215)
Resultado Operacional		(91.214)	359.609
Resultado Não Operacional	17.i	210	77
Resultado Antes dos Tributos e Participações	16.a	(91.004)	359.686
Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro	16.a	138.541	(52.229)
Corrente		-	(71.592)
Diferido		138.541	19.363
Lucro Líquido do Período	15.e	47.537	307.457

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	1º TRIMESTRE 2026	1º TRIMESTRE 2025
Lucro Líquido do Período	47.537	307.457
Outros Resultados Abrangentes do Período	(25.861)	58.576
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	(12.544)	28.568
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Instrumentos Financeiros Classificados como VJORA	(6.026)	39.656
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Hedge de Fluxo de Caixa (Derivativos)	(16.780)	-
Efeito Tributário sobre Ajustes de Avaliação Patrimonial - Instrumentos Financeiros Classificados como VJORA	2.711	(11.088)
Efeito Tributário sobre Ajustes de Avaliação Patrimonial - Hedge de Fluxo de Caixa (Derivativos)	7.551	-
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado	(13.317)	30.008
Remensuração Relacionada a Planos de Benefícios Definidos	(24.670)	54.859
Efeito Tributário sobre Remensuração Relacionada a Planos de Benefícios Definidos	11.102	(24.687)
Realização da Reserva de Reavaliação	251	(298)
Efeito Tributário sobre Realização da Reserva de Reavaliação	-	134
Resultado Abrangente do Período	21.676	366.033

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAVIAÇÃO DE ATIVOS PRÓPRIOS	RESERVAS DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIA			
SALDO EM 31.12.2025	15	3.654.918	2.253	15.642	428.868	3.437.357	(377.633)	-	7.161.405
AJUSTE VLR DE MERCADO TVM DERIVATIVOS		-	-	-	-	-	(12.543)	-	(12.543)
Títulos Disponíveis para Venda		-	-	-	-	-	(3.314)	-	(3.314)
Hedge de Fluxo de Caixa (Derivativos)		-	-	-	-	-	(9.229)	-	(9.229)
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		-	-	-	-	-	(13.568)	-	(13.568)
OUTROS EVENTOS	15.c	-	-	(251)	-	-	-	251	-
Movimentação da Reserva de Reavaliação		-	-	(251)	-	-	-	251	-
Realização da Reserva		-	-	(251)	-	-	-	251	-
LUCRO LÍQUIDO	15.e	-	-	-	-	-	-	47.537	47.537
SALDOS EM 31.03.2026	15.a	3.654.918	2.253	15.391	428.868	3.437.357	(403.744)	47.788	7.182.831
SALDO EM 31.12.2024		3.654.918	2.253	16.288	373.597	3.015.945	(531.910)	-	6.531.091
Reconhecimento dos Efeitos da Res. CMN 4.966/21		-	-	-	-	-	-	(206.013)	(206.013)
SALDO EM 01.01.2025		3.654.918	2.253	16.288	373.597	3.015.945	(531.910)	(206.013)	6.325.078
AJUSTE VLR DE MERCADO TVM DERIVATIVOS		-	-	-	-	-	28.568	-	28.568
Títulos Disponíveis para Venda		-	-	-	-	-	28.568	-	28.568
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		-	-	-	-	-	30.172	-	30.172
OUTROS EVENTOS		-	-	(164)	-	-	-	164	-
Movimentação da Reserva de Reavaliação		-	-	(298)	-	-	-	298	-
Realização da Reserva		-	-	(298)	-	-	-	298	-
Imposto e Contrib. s/ Realização de Reserva de Reavaliação		-	-	134	-	-	-	(134)	-
Realização da Reserva		-	-	134	-	-	-	(134)	-
LUCRO LÍQUIDO		-	-	-	-	-	-	307.457	307.457
SALDOS EM 31.03.2025		3.654.918	2.253	16.124	373.597	3.015.945	(473.170)	101.608	6.691.275

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Elaborada pelo método indireto	NOTAS	1º TRIMESTRE 2026	1º TRIMESTRE 2025
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES			
Resultado Antes dos Tributos e Participações	16.a	(91.004)	359.686
Ajustes ao Resultado Líquido antes dos Tributos e Participações		973.012	422.246
Depreciações e amortizações	11.c	11.876	9.665
Despesas/Reversão de Provisão para operações de crédito		725.249	277.856
Despesas/Reversão de Provisão para outros créditos		1.272	-
Despesas/Reversão de Provisão para Repasses Interfinanceiras do FNO		39	51
Resultado com variação cambial	17.a	(15.429)	4.284
Despesas/Reversão de provisões para passivos contingentes		34.600	21.155
Despesas/Reversão de outras provisões não associadas ao risco de crédito		43.007	55.428
Despesas/Reversão de provisões para riscos com garantias financeiras prestadas	17.h	161.398	47.606
Despesas/Reversão de provisões para Aplicações Interfinanceiras		-	13
Despesas/Reversão de provisões para Títulos e Valores Mobiliários		555	5.446
Despesas/Reversão de provisões para compromissos de crédito e créditos a liberar		10.006	567
Despesas de provisões para outros ativos		439	175
Resultado Líquido Ajustado		882.008	781.931
Variações Patrimoniais		(907.104)	545.369
(Aumento) em outros valores e bens		-	(977)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		(1.284)	(90.676)
(Aumento) em relações interfinanceiras e Interdependências		30.658	55.878
(Aumento) em operações de crédito		(1.854.097)	(1.090.293)
(Aumento) em outros créditos		(243.335)	(409.494)
Aumento em depósitos		(518.690)	213.650
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses		42.864	(29.978)
Aumento em captações no mercado aberto		45.277	48.482
Aumento em outras obrigações		1.637.280	1.908.441
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(45.777)	(59.664)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(25.096)	1.327.301
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários a Valor Justo Outros Resultados Abrangentes		730.359	(4.842.762)
(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários ao Custo Amortizado		-	4.140.603
Adição de bens não de uso		(2.364)	(10)
Adição em imobilizado de uso	11.c	-	(12.728)
Alienação do imobilizado de uso	11.c	(2.200)	-
Aquisição do intangível	11.c	(45.424)	(2.042)
Baixa do intangível	11.c	6.823	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		687.194	(716.939)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		662.098	610.362
Demonstração da Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa			
No início do período		1.505.532	454.414
No fim do período	4	2.167.630	1.064.776
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		662.098	610.362

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	NOTAS	1º TRIMESTRE 2026	1º TRIMESTRE 2025
RECEITAS		1.798.519	1.869.661
Intermediação financeira	17.a	1.663.239	1.427.921
Prestações de serviços e tarifas		197.302	196.021
Provisão para perdas esperadas para ativos financeiros	8.b / 17.a	(737.122)	(283.922)
<i>Del credere</i> FNO		571.739	492.562
Outras		103.361	37.079
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	17.a	(1.182.899)	(995.677)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(431.264)	(266.660)
Materiais, energia e outros		(14.774)	(14.773)
Serviços de terceiros		(177.381)	(106.370)
Outras		(239.109)	(145.517)
VALOR ADICIONADO BRUTO		184.356	607.324
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	11.c	(11.876)	(9.665)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO P/ENTIDADE		172.480	597.659
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		172.480	597.659
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		172.480	597.659
Pessoal		176.236	156.567
Remuneração direta		125.829	115.067
Benefícios		34.572	29.542
FGTS		15.835	11.958
Impostos, taxas e contribuições		(58.217)	128.095
Federais (créditos tributários)		(62.553)	122.984
Estaduais		5	20
Municipais		4.331	5.091
Remuneração de capitais de terceiros		6.924	5.540
Aluguéis	17.e	6.924	5.540
Remuneração de capitais próprios		47.537	307.457
Resultado líquido do trimestre	15.e	47.537	307.457

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

1. Contexto Operacional

O Banco da Amazônia S.A. (Banco) é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista e sua matriz está localizada na Avenida Presidente Vargas nº 800, Belém, Pará, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

O Banco está presente nos nove Estados, que compõem a Amazônia Legal brasileira na cidade de São Paulo e na capital do Distrito Federal, com um portfólio de produtos e serviços que vão de grandes projetos de infraestrutura até empreendedores rurais e não rurais, com atuação destacada no apoio ao microcrédito, agricultura familiar e financiamentos às Micros e Pequenas Empresas e Microempreendedor Individual (MPEI's).

Como um dos instrumentos do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região amazônica, opera e administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (nota explicativa nº 20), o Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM (nota explicativa nº 18) e é o agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA (nota explicativa nº 19). As obrigações assumidas pelo Banco para atender interesse público estão demonstradas nas notas explicativas nº 12.f (item sobre obrigações do Banco por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento) e nº 14.a (item que apresenta as Provisões para as Garantias Financeiras Prestadas).

2. Apresentação das Informações Trimestrais

Foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo BACEN e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória. Estão observadas nas informações nas informações trimestrais do Banco as seguintes normas:

- CPC 00 (R2) - Resolução CMN nº 4.924/2021 - Pronunciamento Conceitual Básico;
- CPC 01 (R1) - Resolução CMN nº 4.924/2021 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- CPC 02 (R2) - Resolução CVM nº 91/2022 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis;
- CPC 03 (R2) - Resolução CMN nº 4.818/2020 - Demonstração do Fluxo de Caixa;
- CPC 04 (R1) - Resolução CMN nº 4.534/2016 - Ativo Intangível;
- CPC 05 (R1) - Resolução CMN nº 4.818/2020 - Divulgação sobre Partes Relacionadas;
- CPC 06 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16);
- CPC 09 (R1) - Resolução CVM nº 199/2024 - Demonstração do Valor Adicionado;
- CPC 10 (R1) - Resolução CMN nº 3.989/2011 - Pagamento Baseado em Ações;
- CPC 23 - Resolução CMN nº 4.924/2021 - Políticas Contábeis, Mudança Estimativa e Retificação Erro;
- CPC 24 - Resolução CMN nº 4.818/2020 - Evento Subsequente;
- CPC 25 - Resolução CMN nº 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- CPC 26 (R1) - Resolução CVM nº 106/2022 – Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- CPC 27 - Resolução CMN nº 4.535/2016 - Ativo Imobilizado de Uso;
- CPC 32 - Resolução CVM nº 83/2022 – Tributos sobre o Lucro;
- CPC 33 (R1) - Resolução CMN nº 4.877/2020 - Benefícios a Empregados;
- CPC 41 - Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 – Resultado por Ação;
- CPC 46 e CPC 47 - Resolução CMN nº 4.924/2021 - Mensuração do Valor Justo e Receita de Contrato com Cliente; e
- CPC 48 – Instrumentos Financeiros (Resolução CMN nº 4.966/2021).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas informações trimestrais do Banco evidenciam todas as informações financeiras relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente no período.

As Informações Trimestrais (ITR) elaboradas foram aprovadas para emissão pelo conselho de administração em 15 de maio de 2026.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

As informações trimestrais estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco. Os ativos e passivos indexados ao Dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do Dólar de fechamento das operações.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são

atualizadas até a data do balanço.

Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco sem expectativa de mudança significativa de valor e limites resgatáveis a qualquer momento (nota explicativa nº 4). Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de Curto Prazo.

d) Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor de transação ou pelo valor justo, conforme regulamentação vigente, sendo incluídos no balanço do Banco.

A classificação de ativos financeiros ocorre de acordo com o modelo de negócios, bem como, as características dos fluxos de caixa contratuais, com o objetivo de identificar especificamente se este atende ao critério de “Somente Principal e Juros” (SPPJ).

d.1) Classificação dos Ativos Financeiros

Ativos Financeiros ao Custo Amortizado (CA): ativos administrados para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros.

Ativos Financeiros ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal, quanto para a venda.

Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado (VJR): ativos que não atendem aos critérios de classificação das categorias anteriores ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao valor justo no resultado, de forma irrevogável, com o objetivo de reduzir assimetrias contábeis. Atualmente o Banco não possui ativos nessa classificação.

Modelos de Negócios: representam a forma como os ativos financeiros são geridos, considerando: os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Teste SPPJ: avaliação dos fluxos de caixa contratuais para concluir se constituem apenas pagamento de principal e juros, que devem ser representados por contraprestação do dinheiro no tempo, risco de crédito e margem de lucro. Caso não se enquadre à essa definição, o ativo financeiro não atende ao Teste SPPJ e, conseqüentemente, é classificado na categoria ao Valor Justo por meio do Resultado.

Os instrumentos patrimoniais, representados por ações e cotas de fundos de investimento não atendem ao teste SPPJ e são classificados na categoria ao Valor Justo por meio do Resultado, exceto quando o modelo de negócio tenha o objetivo diferente de negociação, sendo, portanto, designado, irrevogavelmente, a Valor Justo por meio de outros Resultados Abrangentes.

d.2) Mensuração Subsequente de Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros classificados como Custo Amortizado ou a Valor Justo em outros Resultados Abrangentes são reconhecidos por meio da Taxa de Juros Efetiva da Operação (TJEO), que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

A TJEO considera as receitas recebidas e, os custos de transação pagos, relacionados à aquisição ou originação dos instrumentos financeiros.

O Banco da Amazônia adotou a faculdade prevista no § 2º do art.13 da Res. nº 4.966/2021 utilizando o critério de materialidade para definir registro das receitas de originação.

Mensuração a Valor Justo

Os instrumentos financeiros classificados nas categorias Valor Justo no Resultado ou Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes são avaliados pelo valor justo, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de:

I - Receita ou Despesa, no resultado do período, caso seja relativa a instrumentos financeiros classificados na categoria Valor Justo no Resultado; ou

II - Outros Resultados Abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários, caso seja relativa a ativos financeiros classificados na categoria Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes.

Os ganhos ou as perdas não realizadas alocados em outros Resultados Abrangentes são transferidos para resultado quando o ativo é baixado totalmente, ou parcialmente, na proporção equivalente, exceto para os instrumentos patrimoniais designados a valor justo em outros resultados abrangentes, designados dessa forma, no reconhecimento inicial, de forma irrevogável. Neste caso, a transferência dos ganhos ou das perdas é realizada para a conta de lucros ou prejuízos acumulados.

Hierarquia de Valor Justo

Os ativos mensurados ao Valor Justo de forma recorrente foram classificados conforme abaixo:

Nível 1: Títulos e Valores Mobiliários com preços líquidos disponíveis em um mercado ativo. Neste nível foram classificados os títulos do governo brasileiro e cotas de fundos de investimento.

Nível 2: Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos que não tem informações de preço disponíveis e são precificados por modelos convencionais ou internos. Os insumos utilizados pelos modelos são capturados diretamente ou construídos a partir de observações de mercados ativos.

Nível 3: Títulos e Valores Mobiliários, derivativos para os quais os insumos para precificação são gerados por modelos estatísticos e matemáticos. Não há instrumentos financeiros classificados nesse nível.

Detalhes sobre o Valor Justo dos Instrumentos Financeiros e sua hierarquia estão na nota explicativa nº 6.c.

d.3) Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito

O Banco constitui provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela metodologia completa, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023 para:

I - Ativos Financeiros, exceto Instrumentos Patrimoniais de outra entidade, ativos classificados na categoria Valor Justo por meio do resultado mensurado no nível 1 de hierarquia de valor justo (com exceção dos títulos privados, operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito) e instrumentos financeiros derivativos;

II - Garantias Financeiras Prestadas;

III - Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar.

A Resolução CMN nº 4.966/2021 exige a adoção de uma abordagem robusta, sistemática e preditiva para a avaliação e provisão de perdas esperadas, garantindo maior precisão e transparência da gestão de risco de crédito.

A metodologia da perda esperada adotada pelo Banco da Amazônia aloca os instrumentos financeiros em estágios, conforme a deterioração do risco de crédito:

Estágio 1: quando os Instrumentos Financeiros não apresentam um aumento significativo no risco de crédito, desde o seu reconhecimento inicial, ou quando o seu risco diminuiu significativamente. A perda é calculada para os próximos 12 meses, ou durante o prazo esperado do instrumento.

Estágio 2: quando um Instrumento Financeiro demonstra aumento significativo no risco de crédito desde a sua origemação, ou quando um instrumento financeiro deixou de ser um ativo problemático, mas seu risco de crédito não diminuiu significativamente. A perda é calculada para todo o prazo esperado do ativo financeiro.

Estágio 3: Instrumentos Financeiros considerados com problemas de recuperação de crédito.

Para maiores informações sobre premissas e critérios utilizados para apuração da perda esperada, vide nota explicativa nº 26 - Gerenciamento de Riscos e Capital.

Os principais parâmetros utilizados na avaliação de risco de crédito são:

PD (Probability of Default): Probabilidade de inadimplência, que estima a chance de um ativo financeiro entrar em *default* dentro de um período específico.

LGD (Loss Given Default): Perda dada a inadimplência, que estima a porcentagem de perda em caso de *default*.

EAD (Exposure at Default): Exposição no momento da inadimplência, que estima o valor em risco no momento do *default*.

d.4) Ativos Problemáticos

Um ativo será considerado problemático quando apresenta sinais de deterioração na qualidade de crédito, como atrasos nos pagamentos superiores a 90 (noventa) dias ou reestruturação de dívidas. Esses ativos são monitorados de modo a acompanhar o período de cura.

d.5) Cura

A cura refere-se ao processo pelo qual um ativo problemático retorna ao status de ativo saudável. Isso pode ocorrer através de pagamentos regulares ou melhoria na situação financeira do devedor.

d.6) Stop Accrual

O procedimento conhecido como *stop accrual* consiste na interrupção do registro de receitas, multas, juros de mora, custos de origemação e quaisquer outras operações financeiras relativas a ativos com dificuldades de recuperação de crédito.

d.7) Baixa de Ativos Financeiros

A baixa dos Ativos Financeiros ocorre quando os direitos de receber os fluxos de caixa associados a esses ativos deixam de existir ou quando o Banco da Amazônia transfere de forma significativa todos os riscos e benefícios relacionados à propriedade, desde que essa transferência esteja em conformidade com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e pela Resolução BACEN nº 352/2023.

d.8) Derivativos e Hedge Contábil

Derivativos; são mensurados ao valor justo por meio do resultado e contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Os derivativos utilizados como instrumentos de proteção são designados para fins de *Hedge* Contábil, conforme a Circular BACEN nº 3.082/2002, de acordo com a sua natureza:

• *Hedge* de Fluxo de Caixa: a parcela efetiva de *hedge* dos instrumentos financeiros de proteção é contabilizada pelo valor justo com os ganhos e as perdas não realizados, deduzidos dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do Patrimônio Líquido. A parcela inefetiva é reconhecida diretamente na Demonstração do Resultado.

• *Hedge* de Valor Justo: os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor justo com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração

do Resultado.

Hedge Contábil: A Instituição opera instrumentos financeiros derivativos (SWAPs) para gerenciar suas exposições globais (moedas estrangeiras e taxas de juros).

d.9) Hedge de Fluxo de Caixa

Em maio de 2025, o Banco da Amazônia captou recursos, por meio de um repasse da Agência Francesa de Desenvolvimento, no montante de EUR 37 milhões com pagamentos intermediários de juros (taxa pré) e principal com vencimento final em julho de 2034.

O Banco da Amazônia contratou um *swap*, com o objetivo de proteger seus fluxos de pagamentos decorrentes das flutuações de variação cambial, em troca de taxa pré em reais com 100% de proteção sobre o risco protegido.

d.10) Classificação e Mensuração de Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao Custo Amortizado, exceto por:

Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado: representados pelos derivativos e passivos financeiros gerados em contratos de empréstimos ou aluguel de ativos financeiros.

Compromissos de Créditos e Créditos a Liberar: mensurados, considerando a provisão para perdas de crédito esperada.

Garantias Financeiras: mensurados pelo maior valor entre (i) a provisão para perdas de crédito esperada; e (ii) o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita.

e) Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os períodos seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

f) Imobilizado de Uso e Intangível

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo, contabilizada em outras despesas operacionais (nota explicativa nº 11.a).

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são amortizados pelo método linear. A amortização também é contabilizada em outras despesas operacionais (nota explicativa nº 11.b).

g) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Impairment)

Uma perda é reconhecida caso haja evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. Se houver indicação de desvalorização, com base em fontes internas e externas de informação, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

h) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, junto aos seus empregados, benefícios, classificados de acordo com o pronunciamento CPC nº 33 (R1) como de curto prazo e de pós-emprego (notas explicativas nºs 24 e 25).

O reconhecimento e a mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos com base no regime de competência mensal (nota explicativa nº 25).

Os benefícios pós-emprego concedidos pelo Banco correspondem à complementação de aposentadoria e auxílio saúde. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação são ações executadas de acordo com os critérios estabelecidos no CPC nº 33 (R1) – benefícios a empregados, aprovadas pela Resolução CVM n.º 110/2022 e pela Resolução CMN n.º 4.877/2020. Os benefícios de natureza previdenciária são decorrentes de planos fechados de previdência complementar, do tipo “BD-Benefício Definido” e “CV-Contribuição Variável”, que contam com o patrocínio do Banco, além do plano de assistência médica (nota explicativa nº 25).

O custo de benefício definido diz respeito à variação no valor líquido de passivo/(ativo), decorrente do custo do serviço, dos juros líquidos e dos ganhos e perdas atuariais. O custo do serviço pode ser classificado entre corrente, passado e a qualquer ganho ou perda na liquidação. O custo do serviço corrente refere-se ao valor presente das obrigações de benefício definido resultantes do serviço prestado pelos empregados no período corrente. O custo do serviço passado refere-se ao aumento (ou diminuição) no passivo atuarial do plano decorrente de alterações nos benefícios do plano que se aplicam ao serviço dos empregados em períodos anteriores ao período corrente.

Para os planos do tipo “Benefício Definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e as perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos, líquidos dos efeitos tributários, em “outros resultados abrangentes”, sensibilizando o patrimônio líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado. Como forma de mitigar as incertezas decorrentes das alterações dos valores estimados, que compõem o conjunto de hipóteses e de premissas atuariais levadas em consideração nos cálculos atuariais, o Banco conta com os serviços técnicos de consultoria especializada que, trimestralmente, efetua a reavaliação desses cálculos, incluindo, além das variáveis anteriormente

mencionadas, a análise de sensibilidade por alteração significativa de valor estimado das premissas mais relevantes, a saber: taxa de juros atuarial e expectativa de sobrevivência da tábua de mortalidade.

i) Tributos

O tratamento tributário das perdas na recuperação de créditos era disciplinado exclusivamente pela Lei nº 9.430/1996. Nesse contexto, todas as pessoas jurídicas, inclusive as instituições financeiras, eram submetidas a regras uniformes, sem considerar as especificidades técnicas aplicáveis ao setor financeiro, como os critérios de classificação e provisionamento de créditos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, gerando um descompasso relevante em relação ao tratamento contábil e, por conseguinte, acarretando elevados volumes de ativos fiscais diferidos, frequentes autuações fiscais e custos expressivos de conformidade.

A edição da Resolução CMN nº 4.966/2021, seguida pela Resolução BCB nº 352/2023 e pela Lei nº 14.467/2022, promoveu uma reestruturação do tratamento das provisões para perdas associadas ao risco de crédito. O objetivo foi alinhar a normativa brasileira aos padrões internacionais de contabilidade e às diretrizes de Basileia III. Esse novo arcabouço normativo instituiu um regime específico para fins tributários, permitindo a dedutibilidade progressiva das perdas com base em critérios objetivos, como a inadimplência superior a 90 dias e a aplicação de percentuais fixados em função do grau de risco e do nível de provisão contábil registrada, conforme estabelecido na Lei nº 14.467/2022.

A partir de 1º de janeiro de 2025, o Banco deduziu, na determinação do lucro real (IR) e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas em operações inadimplidas, definindo critérios específicos para a dedução dessas perdas, incluindo a aplicação de fatores de ajuste baseados no tempo de inadimplência e na natureza das garantias associadas aos créditos. Concomitantemente o desenvolvimento de controles internos necessários que permeiam a implementação de fluxos de informação para identificar créditos inadimplentes e a contabilização/reversão de ativos fiscais diferidos.

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/PASEP e COFINS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo (nota explicativa nº 16):

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) – a partir de jan/2023	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	até 5%

j) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, pela Resolução CVM nº 72/2022 e Resolução CMN nº 3.823/2009.

Os ativos contingentes representam direitos com realização incerta e, por esse motivo, não são reconhecidos nas informações trimestrais do Banco. No entanto, havendo avaliação de entrada futura de recursos como praticamente certa, caberá a divulgação do ativo em Notas Explicativas, seguindo o contido no item 89 do CPC 25.

A Provisão para riscos Cíveis, Fiscais e Trabalhistas é registrada nas informações trimestrais quando baseada na análise jurídica e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, não havendo aumento no valor descontado da provisão a valor presente. São revisados mensalmente, da seguinte forma:

- Método massificado: processos judiciais de natureza cível ou trabalhistas, referente causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, apurados segundo parâmetros estatístico, levando em conta as perdas históricas dos últimos cinco anos.
- Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação da área jurídica. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial (nota explicativa nº 14).

As ações são classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por ações Trabalhistas, Fiscais, Cíveis e Trabalhistas - CAPAF.

Ações Trabalhistas: estão ligadas a processos judiciais em que o Banco é réu, movidas, na grande maioria, por empregados e ex-empregados, sindicatos ou outros órgãos de representação da categoria, ex-empregados de empresas terceirizadas. Consistem em diversos pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação, responsabilidade subsidiária e outros.

Ações Fiscais: o Banco está sujeito a questionamentos com relação a tributos e condutas fiscais que podem, eventualmente, gerar autuações: composição da base de cálculo do IRPJ e da CSLL – dedutibilidades, discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos geradores, a maioria das ações judiciais versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL,

PIS/COFINS, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Para garantia destas ações, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão, de forma a impedir a inclusão do Banco em cadastros restritivos, bem como a não obstar a renovação semestral de sua certidão de regularidade fiscal.

Ações Cíveis: consistem em ações de clientes e usuários pleiteando indenizações por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, devolução de valores por revisão contratual, entre outras. As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas e julgadas nos juizados especiais cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários-mínimos. Destacam-se nas ações judiciais cíveis as ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição.

Ações Trabalhistas – CAPAF: estão relacionadas a provisões para cobrir ações movidas por participantes da CAPAF, pleiteando, na maioria, devolução de contribuição e equiparação de remuneração aos empregados da ativa.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas informações trimestrais, sendo divulgados em notas explicativas e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação, sendo controlados internamente.

A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender à probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos. Não há previsão de qualquer reembolso esperado para as classes de provisão.

Obrigações legais decorrem de obrigações tributárias previstas na legislação, que independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas informações trimestrais (nota explicativa nº 14).

Os depósitos recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente (nota explicativa nº 14.d).

k) Outros Ativos e Passivos

Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados *pro rata die*, de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou aos índices oficiais da data do encerramento das informações trimestrais. Os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de “rendas a apropriar” ou “despesas a apropriar”.

l) Demonstração do Valor Adicionado

O Banco elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das informações trimestrais.

m) Eventos Subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem às informações trimestrais é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

1. Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as informações trimestrais;
2. Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as informações trimestrais.

Não houve evento subsequente para as informações trimestrais encerradas em 31 de março de 2026.

n) Uso de Estimativas

A elaboração das informações trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis, quando for o caso. A Administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas e as aplica de forma prospectiva.

Ativos e passivos sujeitos às incertezas relacionadas a essas estimativas e premissas estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 16 – Tributos: reconhecimento de ativos fiscais diferidos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Nota Explicativa nº 25 – Benefícios a Empregados: reconhecimento na mensuração de provisão para benefícios pós-emprego.

Nota Explicativa nº 26 – Gerenciamento de Riscos e Capital: abrange análise de sensibilidade sobre os títulos e valores mobiliários da instituição, considerando cenários de stress (nota explicativa nº 6 – Títulos e Valores Mobiliários - TVM), sobre critério de provisionamento na mensuração das perdas esperadas associadas ao risco de crédito (notas explicativas nº 7 – Operações de Crédito e nº 20 – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO), e sobre reconhecimento na mensuração de provisão para contingências (nota explicativa nº 14 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas aplicadas na base de 31 de março de 2026 e que possuem risco de gerar ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo período estão incluídas nas notas explicativas.

o) Lucro por Ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Resolução CVM nº 113/2022. O Lucro por Ação do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias totais (nota explicativa nº 15.e). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações.

p) Resultado Recorrente e Não Recorrente

O resultado não recorrente, de acordo com definição contida na Resolução BCB nº 2/2020, é composto por eventos não relacionados às atividades normais da instituição ou que estão relacionados, mas de forma incidental, sem previsão de ocorrência frequente. A ocorrência do evento por mais de dois exercícios seguidos, invalida sua classificação como não recorrente. As informações sobre os resultados recorrentes e não recorrentes estão contidas na nota explicativa nº 27.c.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.03.2026	31.12.2025
Disponibilidades	57.895	55.544
Disponibilidade em Moeda Nacional	45.047	41.701
Disponibilidade em Moeda Estrangeira	12.848	13.843
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (nota nº 5)	2.109.735	1.449.989
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	2.109.735	1.449.989
Total	2.167.630	1.505.533

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31.03.2026	31.12.2025
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.193.907	1.532.877
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada (nota nº 4)	2.109.735	1.449.989
Letras Financeiras do Tesouro	349.739	159.990
Letras do Tesouro Nacional	-	1.289.999
Notas do Tesouro Nacional	1.759.996	-
Aplicações Depósitos Interfinanceiros	84.172	82.888
Aplicações Depósitos Interfinanceiros	84.184	82.900
Perda esperada associada ao risco de crédito	(12)	(12)

6. Ativos Financeiros – TVM

a) Ativos Financeiros a Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários

	31.03.2026			31.12.2025		
	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido	Custo Amortizado	Perda Esperada	Custo Amortizado Líquido
Títulos Públicos	943	-	943	925	-	925
Notas do Tesouro Nacional	943	-	943	925	-	925
Títulos Privados	62.611	(124)	62.487	60.264	(119)	60.145
Nota Comercial	62.611	(124)	62.487	60.264	(119)	60.145
Total	63.554	(124)	63.430	61.189	(119)	61.070

b) Ativos Financeiros a Custo Amortizado – Por Vencimento

	31.03.2026		31.12.2025	
	Custo amortizado	Custo amortizado líquido	Custo amortizado	Custo amortizado líquido
Circulante	62.611	62.487	60.264	60.145
Até um ano	62.611	62.487	60.264	60.145
Não Circulante	943	943	925	925
De um a cinco anos	943	943	925	925
Total	63.554	63.430	61.189	61.070

c) Custo e Valor Justo dos Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – Títulos e Valores Mobiliários – por vencimento

	31.03.2026		31.12.2025	
	Custo	Valor justo	Custo	Valor justo
Circulante	1.147.086	1.054.488	1.110.545	1.017.515
Sem vencimento	106.669	70.526	37.435	1.416
Até um ano	1.040.417	983.962	1.073.110	1.016.099
Não circulante	17.699.475	17.182.770	18.456.404	17.952.687
De um a cinco anos	12.468.037	12.363.378	12.360.768	12.265.015
De cinco a dez anos	4.690.831	4.449.631	5.493.074	5.246.205
Acima de dez anos	540.607	369.761	602.562	441.467
Total (nota n° 6.d / e)	18.846.561	18.237.258	19.566.949	18.970.202

d) Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo

Ativos financeiros	31.03.2026			31.12.2025		
	Nível 1	Nível 2	Valor contábil/valor justo	Nível 1	Nível 2	Valor contábil/valor justo
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	15.729.771	2.499.451	18.229.222	16.560.143	2.401.190	18.961.333
Debêntures	163.109	-	163.109	107.805	-	107.805
Letras Financeiras	-	2.430.355	2.430.355	-	2.333.779	2.333.779
Cotas de Fundo de renda fixa	-	68.011	68.011	-	66.361	66.361
Cotas de Fundo referenciado	-	1.085	1.085	-	1.050	1.050
Notas do Tesouro Nacional	1.300.467	-	1.300.467	1.282.530	-	1.282.530
Letras Financeiras do Tesouro	14.264.765	-	14.264.765	15.168.392	-	15.168.392
Ações	1.430	-	1.430	1.416	-	1.416
Designados ao valor justo por	-	8.036	8.036	-	8.869	8.869
Cotas de Fundo em Direitos	-	8.036	8.036	-	8.869	8.869
Total (nota n° 6.c / e)	15.729.771	2.507.487	18.237.258	16.560.143	2.410.059	18.970.202

e) Ativos Financeiros a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes - Títulos e Valores Mobiliários

	31.03.2026							
	Custo	Ajuste ao Valor Justo ⁽¹⁾	RAP ⁽²⁾	TVM	Perda Esperada	Valor Justo	Estágio 1	Estágio 3
Carteira Própria	18.511.735	(396.018)	(16.269)	18.099.448	(128.801)	17.970.647	18.352.347	159.388
Títulos Públicos	15.628.097	(327.287)	-	15.300.810	(2.188)	15.298.622	15.628.097	-
Notas do Tesouro Nacional	1.430.139	(334.218)	-	1.095.921	(200)	1.095.720	1.430.139	-
Letras do Financeiras do Tesouro	14.197.958	6.931	-	14.204.889	(1.988)	14.202.902	14.197.958	-
Títulos Privados	2.883.638	(68.731)	(16.269)	2.798.638	(126.613)	2.672.025	2.724.250	159.388
Debêntures	260.945	(12.953)	(11.246)	236.746	(73.637)	163.109	154.279	106.666
Letras Financeiras	2.507.416	(19.772)	(4.907)	2.482.737	(52.383)	2.430.354	2.455.377	52.039
Cotas de Fundos em Direitos Creditórios	8.608	-	(116)	8.492	(456)	8.036	7.925	683
Cotas de Fundos de Invest.- Renda Fixa	68.146	-	-	68.146	(135)	68.011	68.146	-
Cotas de Fundos de Invest. Referenciados	1.088	-	-	1.088	(2)	1.086	1.088	-
Ações	35.875	(34.446)	-	1.429	-	1.429	35.875	-
Cotas de Fundos - FINAM	1.560	(1.560)	-	-	-	-	1.560	-
Vinculados a Prestação de Garantias	334.826	(68.168)	-	266.658	(47)	266.611	334.826	-
Títulos Públicos	334.826	(68.168)	-	266.658	(47)	266.611	334.826	-
Letras Financeiras do Tesouro	61.827	46	-	61.873	(8)	61.865	61.827	-
Notas do Tesouro Nacional	272.999	(68.214)	-	204.785	(39)	204.746	272.999	-
Total (nota nº 6.c / d)	18.846.561	(464.186)	(16.269)	18.366.106	(128.848)	18.237.258	18.687.173	159.388

⁽¹⁾ No PL

⁽²⁾ Rendas apropriar

Dos títulos relacionados à prestação de garantias, R\$ 56.173 estão vinculados às câmaras de compensação, B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, e R\$ 5.654 estão vinculados em garantias Banco Safra e R\$ 272.999 estão vinculados em garantias com operações BB Previdência.

A carteira é composta majoritariamente por Títulos Públicos Federais, caracterizados como ativos de alta liquidez e risco soberano. Esses ativos são suficientes para cobrir as obrigações líquidas de curto prazo. A entidade adota política prudente de gestão de liquidez, conforme nota explicativa nº 26.a.

	31.12.2025							
	Custo	Ajuste ao Valor Justo ⁽¹⁾	RAP ⁽²⁾	TVM	Perda Esperada	Valor Justo	Estágio 1	Estágio 3
Carteira Própria	19.202.481	(386.581)	(10.288)	18.805.612	(128.247)	18.677.365	19.042.857	159.624
Títulos Públicos	16.477.702	(317.310)	-	16.160.392	(2.307)	16.158.085	16.477.702	-
Notas do Tesouro Nacional	1.386.051	(319.529)	-	1.066.522	(194)	1.066.328	1.386.051	-
Letras do Financeiras do Tesouro	15.091.651	2.219	-	15.093.870	(2.113)	15.091.757	15.091.651	-
Títulos Privados	2.724.779	(69.271)	(10.288)	2.645.220	(125.940)	2.519.280	2.565.155	159.624
Debêntures	204.748	(14.504)	(7.363)	182.881	(75.076)	107.805	95.750	108.998
Letras Financeiras	2.405.617	(18.748)	(2.814)	2.384.055	(50.276)	2.333.779	2.355.671	49.946
Cotas de Fundos em Direitos Creditórios	9.435	-	(111)	9.324	(454)	8.869	8.755	680
Cotas de Fundos de Invest.- Renda Fixa	66.492	-	-	66.492	(132)	66.361	66.492	-
Cotas de Fundos de Invest. Referenciados	1.052	-	-	1.052	(2)	1.050	1.052	-
Ações	35.875	(34.459)	-	1.416	-	1.416	35.875	-
Cotas de Fundos - FINAM	1.560	(1.560)	-	-	-	-	1.560	-
Vinculados a Prestação de Garantias	364.468	(71.580)	-	292.888	(51)	292.837	364.468	-
Títulos Públicos	364.468	(71.580)	-	292.888	(51)	292.837	364.468	-
Letras Financeiras do Tesouro	76.620	25	-	76.645	(8)	76.638	76.620	-
Notas do Tesouro Nacional	287.848	(71.605)	-	216.243	(43)	216.199	287.848	-
Total (nota nº 6.c / d)	19.566.949	(458.161)	(10.288)	19.098.500	(128.298)	18.970.202	19.407.325	159.624

⁽¹⁾ No PL

⁽²⁾ Rendas apropriar

7. Operações de Crédito

a) Composição da Carteira de Operações de Crédito

As Operações de Crédito têm como objetivo coletar os fluxos de caixa contratuais e estão classificadas a Custo Amortizado com a seguinte composição:

Operações de Crédito	31.03.2026							
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total de estágios	Provisão Estágio 1	Provisão Estágio 2	Provisão Estágio 3	Total de provisão
Empréstimos	3.169.738	660.318	964.414	4.794.470	13.852	32.728	762.381	808.961
Financiamentos	13.381.284	539.607	603.111	14.524.002	27.424	7.725	499.908	535.057
Financiamentos rurais	14.101.622	7.178.041	2.431.652	23.711.315	3.585	11.731	2.101.199	2.116.515
Subtotal	30.652.644	8.377.966	3.999.177	43.029.787	44.861	52.184	3.363.488	3.460.533
Adiantamento de Contrato de Câmbio (*)	115.181	15.044	11.998	142.223	530	846	6.924	8.300
Total (nota nº 7.b)	30.767.825	8.393.010	4.011.175	43.172.010	45.391	53.030	3.370.412	3.468.833

(*) A contar da data da contratação, em até 12 meses.

Operações de Crédito	31.12.2025							
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total de estágios	Provisão Estágio 1	Provisão Estágio 2	Provisão Estágio 3	Total de provisão
Empréstimos	3.003.096	693.611	863.060	4.559.767	13.564	39.818	688.073	741.455
Financiamentos	13.186.476	530.194	476.687	14.193.357	26.970	9.463	397.468	433.901
Financiamentos rurais	14.607.493	5.999.751	1.943.947	22.551.191	2.994	12.619	1.672.941	1.688.554
Subtotal	30.797.065	7.223.556	3.283.694	41.304.315	43.528	61.900	2.758.482	2.863.910
Adiantamento de Contrato de Câmbio (*)	137.910	8.965	11.650	158.525	388	303	6.338	7.029
Total (nota nº 7.b)	30.934.975	7.232.521	3.295.344	41.462.840	43.916	62.203	2.764.820	2.870.939

(*) A contar da data da contratação, em até 12 meses.

b) Perda Esperada Associada as Operações de Crédito Segregado por Estágios

31.03.2026							
Estágio 1	Saldo inicial 31.12.2025	Transferência para o estágio 2	Transferência para o estágio 3	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Constituição / (Reversão)	Saldo final 31.03.2026
Empréstimos	13.564	(1.434)	(412)	214	4.640	(2.720)	13.852
Financiamentos	26.970	(534)	(231)	730	5.839	(5.350)	27.424
Financiamentos Rurais	2.994	(608)	(66)	99	21.396	(20.230)	3.585
Adiantamento de Contrato de Câmbio	388	(40)	-	-	-	182	530
Total (nota nº 7.a)	43.916	(2.616)	(709)	1.043	31.875	(28.118)	45.391

31.03.2026							
Estágio 2	Saldo inicial 31.12.2025	Transferência para o estágio 1	Transferência para o estágio 3	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Constituição / (Reversão)	Saldo final 31.03.2026
Empréstimos	39.818	(214)	(11.514)	1.434	15.333	(12.129)	32.728
Financiamentos	9.463	(730)	(5.916)	534	12.499	(8.125)	7.725
Financiamentos Rurais	12.619	(99)	(5.821)	608	37.929	(33.505)	11.731
Adiantamento de Contrato de Câmbio	303	-	-	40	-	503	846
Total (nota nº 7.a)	62.203	(1.043)	(23.251)	2.616	65.761	(53.256)	53.030

31.03.2026								
Estágio 3	Saldo inicial 31.12.2025	Transferência para o estágio 1	Transferência para o estágio 2	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Baixa	Constituição / (Reversão)	Saldo final 31.03.2026
Empréstimos	688.073	(4.640)	(15.333)	412	11.514	(89.764)	172.119	762.381
Financiamentos	397.468	(5.839)	(12.499)	231	5.916	(32.020)	146.651	499.908
Financiamentos Rurais	1.672.941	(21.396)	(37.929)	66	5.821	(6.842)	488.538	2.101.199
Adiantamento de Contrato de Câmbio	6.338	-	-	-	-	(1)	587	6.924
Total (nota nº 7.a)	2.764.820	(31.875)	(65.761)	709	23.251	(128.627)	807.895	3.370.412

31.03.2026				
Consolidação dos três estágios	Saldo inicial 31.12.2025	Baixa	Constituição / (Reversão)	Saldo final 31.03.2026
Empréstimos	741.455	(89.764)	157.270	808.961
Financiamentos	433.901	(32.020)	133.176	535.057
Financiamentos Rurais	1.688.554	(6.842)	434.803	2.116.515
Adiantamento de Contrato de Câmbio	7.029	(1)	1.272	8.300
Total	2.870.939	(128.627)	726.521	3.468.833

31.12.2025							
Estágio 1	Saldo inicial 01.01.2025	Transferência para o estágio 2	Transferência para o estágio 3	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Constituição / (Reversão)	Saldo final 31.12.2025
Empréstimos	14.157	(2.853)	(2.139)	658	4.452	(711)	13.564
Financiamentos	50.086	(1.167)	(1.187)	692	1.829	(23.283)	26.970
Financiamentos Rurais	3.809	(768)	(181)	303	65.741	(65.910)	2.994
Adiantamento de Contrato de Câmbio	83	(15)	-	-	-	320	388
Total (nota nº 7.a)	68.135	(4.803)	(3.507)	1.653	72.022	(89.584)	43.916

31.12.2025							
Estágio 2	Saldo inicial 01.01.2025	Transferência para o estágio 1	Transferência para o estágio 3	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Constituição / (Reversão)	Saldo final 31.12.2025
Empréstimos	16.075	(658)	(8.154)	2.854	9.601	20.100	39.818
Financiamentos	31.540	(692)	(2.883)	1.167	11.095	(30.764)	9.463
Financiamentos Rurais	10.479	(303)	(2.317)	768	67.060	(63.068)	12.619
Adiantamento de Contrato de Câmbio	2.374	-	-	15	-	(2.086)	303
Total (nota nº 7.a)	60.468	(1.653)	(13.354)	4.804	87.756	(75.818)	62.203

31.12.2025								
Estágio 3	Saldo inicial 01.01.2025	Transferência para o estágio 1	Transferência para o estágio 3	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Baixa	Constituição / (Reversão)	Saldo final 31.12.2025
Empréstimos	347.895	(4.452)	(9.602)	2.139	8.154	(95.048)	438.987	688.073
Financiamentos	128.011	(1.829)	(11.095)	1.187	2.883	(33.320)	311.631	397.468
Financiamentos Rurais	1.087.954	(65.741)	(67.060)	181	2.317	(74.298)	789.588	1.672.941
Adiantamento de Contrato de Câmbio	2.950	-	-	-	-	(851)	4.239	6.338
Total (nota nº 7.a)	1.566.810	(72.022)	(87.757)	3.507	13.354	(203.517)	1.544.445	2.764.820

31.12.2025				
Consolidação dos três estágios	Saldo inicial 01.01.2025	Baixa	Constituição / (Reversão)	Saldo final 31.12.2025
Empréstimos	378.127	(95.048)	458.376	741.455
Financiamentos	209.637	(33.320)	257.584	433.901
Financiamentos Rurais	1.102.242	(74.298)	660.610	1.688.554
Adiantamento de Contrato de Câmbio	5.407	(851)	2.473	7.029
Total	1.695.413	(203.517)	1.379.043	2.870.939

b.1) Por Vencimento

	31.03.2026	31.12.2025
Vencidas até 90 dias	908.265	969.521
Vencidas a partir de 91 dias	2.391.278	2.017.893
A vencer até 3 meses	3.996.967	936.911
A vencer de 3 a 12 meses	7.699.793	8.519.974
A vencer acima de 1 ano	28.175.707	29.018.541
Total da Carteira	43.172.010	41.462.840

b.2) Por Segmento

	31.03.2026			31.12.2025		
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total
Vencidas até 90 dias	343.166	565.100	908.266	374.812	598.284	973.096
Vencidas a partir de 91 dias	1.460.637	930.641	2.391.278	1.291.226	737.181	2.028.407
A vencer até 3 meses	3.418.299	578.566	3.996.865	809.121	127.790	936.911
A vencer de 3 a 12 meses	5.017.002	869.304	5.886.306	7.220.835	1.286.501	8.507.336
A vencer acima de 1 ano	13.467.868	16.521.427	29.989.295	12.943.385	16.073.705	29.017.090
Total da Carteira	23.706.972	19.465.038	43.172.010	22.639.379	18.823.461	41.462.840

b.3) Por Concentração

	31.03.2026	% Carteira	31.12.2025	% Carteira
Maior devedor	803.238	1,9%	803.315	1,9%
10 maiores devedores	4.650.578	10,8%	4.499.400	10,9%
50 maiores devedores	6.907.006	16,0%	6.660.047	16,1%
100 maiores devedores	4.709.633	10,9%	4.816.611	11,3%
Demais devedores	26.101.555	60,4%	24.683.467	59,8%
Total da Carteira	43.172.010	100,0%	41.462.840	100,0%

c) Rendas de Operações de Crédito

	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Empréstimos	191.540	139.409
Financiamentos	347.339	272.706
Financiamentos rurais	435.410	347.538
Total (nota 17.a)	974.289	759.653

d) Baixa de Operações de Crédito

	31.03.2026			31.12.2025		
	Valor	Saldo devedor sujeito a execução	Recuperadas	Valor	Saldo devedor sujeito a execução	Recuperadas
Empréstimos	90.442	45.693	5.243	95.048	23.629	27.123
Financiamentos	32.021	16.525	294	33.320	22.977	5.733
Financiamentos Rurais	6.842	3.000	2.242	67.659	67.659	28.599
Total (nota 7.d)	129.305	65.218	7.779	196.027	114.265	61.455

e) Operações Renegociadas e Recuperadas

	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Carteira Comercial	17.190	2.492
Carteira de Fomento	423.001	178.823
Renegociadas (*)	440.191	181.315
Carteira Comercial	4.531	1.693
Carteira de Fomento	3.248	9.925
Recuperadas operações de crédito (nota 7.c)	7.779	11.618
Ativos Financeiros Baixados – Aplicações em Depósitos interfinanceiros	-	15
Total Recuperadas	7.779	11.633

(*) Representa o saldo renegociado, no período, das operações de crédito.

8. Perda Esperada para Ativos Financeiros

a) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas para Ativos Financeiros

	Saldo em 31.12.2025	Constituição	Reversão	Baixa	Saldo em 31.03.2026
Operações de Crédito	2.863.910	744.725	(19.476)	(128.626)	3.460.533
Empréstimos	741.455	166.704	(9.423)	(89.775)	808.961
Financiamentos	433.901	133.594	(429)	(32.009)	535.057
Financiamentos Rurais	1.688.554	444.427	(9.624)	(6.842)	2.116.515
Câmbio	7.029	2.494	(1.222)	(1)	8.300
Repasses/Relações Interfinanceiras	158	47	(7)	(1)	197
TVM (C.A e VJORA)	128.417	4.308	(3.753)	-	128.972
Compromisso de crédito a Liberar e Créditos a Liberar (*)	46.549	10.033	(27)	-	56.555
Total	3.046.063	761.607	(24.485)	(128.628)	3.654.557

(*) Conta do Passivo.

b) Despesas com Perdas Esperadas para Ativos Financeiros (Líquidas)

	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Despesa - Provisão sobre Operações de Crédito	(744.725)	(351.707)
Despesa – TVM, exceto Derivativos	(4.308)	(11.657)
Despesa - Repasses/Relações Interfinanceiras	(47)	(64)
Despesa - Compromissos de Crédito	(10.033)	(3.209)
Despesa - Operações com Características de Crédito - Câmbio	(2.494)	-
Reversão - Operações de Crédito	19.476	73.851
Reversão - TVM, exceto Derivativos	3.753	6.222
Reversão - Repasses/Relações Interfinanceiras	7	-
Reversão - Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	27	2.642
Reversão - Provisão para outros Créditos Câmbio	1.222	-
Total	(737.122)	(283.922)

9. Instrumentos Financeiros Derivativos e Hedge Contábil

Abaixo estão demonstrados os valores da operação de proteção do risco determinado por tipo de instrumento, valor do ativo, valor do passivo e valor justo, instrumento financeiro e MTM registrado nos outros resultados abrangentes:

a) Valores de Operação de Proteção de Risco

31.03.2026					
Fator de risco	Instrumento financeiro Nacional	Passivo	Instrumento financeiro	Valor justo	MtM
Swap de Moeda EUR	221.889	218.976	(4.635)	(32.209)	(27.574)

31.12.2025					
Fator de risco	Instrumento financeiro Nacional	Passivo	Instrumento financeiro	Valor justo	MtM
Swap de Moeda EUR	242.698	244.169	(11.395)	(22.190)	(10.795)

b) Hedge de Captações

31.03.2026					
Instrumento de Hedge					Objeto de Hedge
Valor Nominal	Custo Atualizado	Valor Justo	Ajuste ao valor justo no PL ⁽¹⁾	Ajuste ao valor justo no PL ⁽²⁾	Valor Contábil
221.889	(4.635)	(32.209)	(27.574)	(15.166)	218.976

31.12.2025					
Instrumento de Hedge					Objeto de Hedge
Valor Nominal	Custo Atualizado	Valor Justo	Ajuste ao valor justo no PL ⁽¹⁾	Ajuste ao valor justo no PL ⁽²⁾	Valor Contábil
242.698	(11.395)	(22.190)	(10.795)	(5.937)	244.169

⁽¹⁾ Bruto dos efeitos fiscais.

⁽²⁾ Líquido de efeitos fiscais.

c) Hedge de Captações – Prazos

31.03.2026							
	0-1 Ano	1-2 Anos	2-3 Anos	3-4 Anos	4-5 Anos	5-10 Anos	Total
Valor nominal	-	15.849	31.698	31.698	31.698	110.945	221.889
Valor justo	(24.203)	(19.487)	(11.073)	(4.646)	397	26.803	(32.209)

31.12.2025							
	0-1 Ano	1-2 Anos	2-3 Anos	3-4 Anos	4-5 Anos	5-10 Anos	Total
Valor nominal	-	17.336	34.671	34.671	34.671	121.349	242.698
Valor justo	(24.852)	(20.802)	(11.003)	(4.029)	1.347	37.149	(22.190)

d) Passivos Financeiros mensurados a Valor Justo

	31.03.2026		31.12.2025	
	Nível 2	Valor contábil /Valor justo	Nível 2	Valor contábil /Valor justo
Instrumentos financeiros derivativos	32.209	32.209	22.190	22.190

10. Outros Ativos Financeiros

	31.03.2026	31.12.2025
Relações Interfinanceiras (*)	458.464	499.268
Rendas a receber	50.742	49.533
Devedores por Depósitos em Garantia (nota nº 14.d)	724.723	714.128
Valores a Receber Relativos a Transações de Pagamento	207	17
Títulos e Créditos a Receber sem Características de Concessão de Crédito	960	960
Pagamentos a Ressarcir	56.898	53.234
Devedores Diversos	56.351	38.470
Provisão para outros Créditos	(1)	-
Outros Valores e Bens	3.182	3.182
Despesas Antecipadas	57.847	3.809
Total	1.409.373	1.362.601

(*) O valor é constituído por uma provisão no valor de R\$ 197 referente a repasses/relações interfinanceiras (nota explicativa nº 8.a).

11. Imobilizado e Intangível

a) Imobilizado

	31.03.2026	31.12.2025
Imóveis de Uso	135.547	135.547
Terrenos	15.277	41.877
Edificações	120.270	93.670
Outras Imobilizações de Uso	357.121	354.921
Móveis e Equipamentos em Estoque	746	746
Imobilizações em Curso	36.508	69.656
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	85.849	85.321
Outras	234.018	199.198
Sistema de Comunicação	6.548	6.548
Sistema de Processamento de Dados	213.832	179.012
Sistema de Segurança	13.521	13.521
Outros imobilizados de uso	75	75
Obras de arte	42	42
Imobilizado de Uso	492.668	490.468
Depreciações Acumuladas	(310.673)	(304.159)
Total	181.995	186.309

b) Intangível

	31.03.2026	31.12.2025
Sistemas de Processamento de Dados	378.935	340.334
Sistemas de Comunicação e de Segurança	24.855	24.855
Marcas	125	125
Licenças e Direitos Autorais e de Uso	53.235	53.235
Outros Ativos Intangíveis	42.161	42.161
Intangíveis	499.311	460.710
Amortização Acumulada	(336.589)	(331.227)
Total	162.722	129.483

c) Movimentação do Imobilizado de Uso e Intangível no Período

	Saldos em 31.12.2025	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldos em 31.03.2026
Imobilizado de Uso	186.309	2.200	-	(6.514)	181.995
Intangível	129.483	45.424	(6.823)	(5.362)	162.722
Total	315.792	47.624	(6.823)	(11.876)	344.717

	Saldos em 31.12.2024	Adições (Inversões)	Depreciação/ Amortização	Saldos em 31.03.2025
Imobilizado de Uso	106.991	12.728	(4.280)	115.440
Intangível	100.530	2.042	(5.385)	97.187
Total	207.521	14.770	(9.665)	212.627

d) Índice de Imobilização

A Resolução CMN n° 4.957/2021 estabeleceu o limite de 50% do patrimônio de referência ajustado para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	31.03.2026	31.12.2025
Limite para Imobilização	3.585.184	3.620.249
(-) Situação para o Limite de Imobilização	(181.995)	(186.309)
Margem	3.403.189	3.433.940
Índice de Imobilização	2,5%	2,6%

12. Passivos a Custo Amortizado

a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	Até 3 meses	04 a 12 meses	Acima 12 meses	Total em 31.03.2026	Total em 31.12.2025
À Vista ⁽¹⁾	1.886.090	-	-	1.886.090	1.960.205
Poupança	772.153	-	-	772.153	773.713
Interfinanceiros	63.542	-	-	63.542	61.795
A Prazo	1.066.114	1.702.207	7.194.849	9.963.170	10.407.932
A prazo	351.428	1.247.409	1.347.453	2.946.290	3.730.181
Judiciais com Remuneração	89.587	-	-	89.587	88.489
Especiais com Remuneração	625.099	454.798	5.847.396	6.927.293	6.589.262
SUDAM ⁽²⁾	194.913	454.798	5.847.396	6.497.107	6.172.197
FINAM ⁽³⁾	374.890	-	-	374.890	364.084
Outros	55.296	-	-	55.296	52.981
Total	3.787.899	1.702.207	7.194.849	12.684.955	13.203.645

⁽¹⁾ Classificados no prazo de até três meses, sem considerar a média histórica do giro.

⁽²⁾ Trata-se de benefício fiscal, instituído pelo Governo Federal, que permite às empresas beneficiárias depositarem no Banco da Amazônia o valor da parcela correspondente a 30% do IR devido, conforme art. 115 da IN RFB nº 267 de 23 de dezembro de 2002.

⁽³⁾ Refere-se ao Fundo de Investimento da Amazônia, benefício fiscal operado pelo Banco da Amazônia, conforme mencionado na nota explicativa nº 18.

b) Captações no Mercado Aberto e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)

Não houve registro de captações no mercado aberto pertencentes à carteira própria do Banco em 31.03.2026.

As obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio totalizaram R\$ 1.158.312 no período (R\$ 1.113.036 em 31.12.2025).

A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é uma modalidade de aplicação financeira disponibilizada aos clientes do Banco desde março de 2015. Tem os valores remunerados mediante ofertas de taxas prefixadas ou flutuantes. Em 31.03.2026, a taxa média das captações é de 96,3% do CDI.

c) Obrigações por Empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante em 31 de março de 2026 é de R\$ 136.098 (R\$ 155.407 em 31.12.2025), referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 5,6% a.a. e variação cambial da moeda a que estão vinculados (Dólares Norte-Americanos), com vencimento, em até um ano.

d) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

d.1) Classificação por Encargos Financeiros e Prazo de Liquidação

	31.03.2026			31.12.2025		
	Taxa % a.a	Prazo (ano)	Valores	Taxa % a.a	Prazo (ano)	Valores
BNDES Finem	5,2	1,0	5.861	5,2	2,0	6.788
BNDES Industrial	2,9	7,5	175.152	3,1	7,6	169.117
BNDES Rural	3,7	2,6	71.049	3,6	3,5	76.261
BNDES Comércio	5,1	3,3	150.294	4,7	7,3	105.894
BNDES Serviços	2,7	4,9	72.306	3,1	7,6	40.700
FINAME Industrial	8,2	5,9	14.039	8,2	6,9	13.989
FINAME Rural	6,5	1,1	2.704	6,7	1,8	3.005
FINAME Comércio	7,4	6,8	50.806	7,1	7,8	51.224
FINAME Serviços	7,0	3,5	27.865	7,0	6,2	29.385
FUNGETUR (*)	4,1	2,8	78.999	4,9	2,6	65.345
STN OGU	0,5	0,1	191	0,5	0,1	191
Total			649.266			561.899
Circulante			147.060			102.678
Não Circulante			502.206			459.221

(*) O Banco opera os recursos do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR, em conformidade com a Portaria MTur nº 666/2020 e tendo por finalidade o fomento e a provisão de recursos para o financiamento de empreendimentos turísticos considerados de interesse ao desenvolvimento do turismo nacional. O recurso é atualizado monetariamente com base na variação da taxa Selic e INPC.

As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças ou outras, dependendo da natureza das operações. As garantias contratuais foram divulgadas na nota explicativa nº 27.a.

d.2) Classificação por Faixa de Vencimento

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
BNDES Finem	363	687	1.031	2.062	1.718	-	-	5.861
BNDES Industrial	2.030	3.932	1.206	13.443	34.506	28.096	91.939	175.152
BNDES Rural	-	-	-	96	33.156	28.229	9.568	71.049
BNDES Comércio	1.418	10.331	1.383	28.602	72.810	30.540	5.210	150.294
BNDES Serviços	424	5.695	716	14.182	36.031	15.192	66	72.306
FINAME Industrial	-	141	-	66	5.602	5.536	2.694	14.039
FINAME Rural	-	649	8	307	241	-	1.499	2.704
FINAME Comércio	42	883	50	759	16.779	16.461	15.832	50.806
FINAME Serviços	483	817	1.022	2.342	10.902	9.011	3.288	27.865
FUNGETUR	39.731	2.182	3.270	6.516	20.830	3.288	3.182	78.999
STN OGU (*)	71	120	-	-	-	-	-	191
Total 31.03.2026	44.562	25.437	8.686	68.375	232.575	136.353	133.278	649.266

(*) Como agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Banco possui registrado no Orçamento Geral da União (OGU) o montante de R\$ 191.

e) Obrigações por Repasses do Exterior

	31.03.2026			31.12.2025		
	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valor	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valor
AFD - Agência Francesa de Desenvolvimento - Disponível (*)	4,5	9,5	218.976	4,5	9,5	244.169
Total			218.976			244.169
Circulante			1.871			4.750
Não Circulante			217.105			239.419

(*) Captação em 20/05/2025 no valor de R\$ 235.831, com amortizações semestrais e carência de principal pelo período de 03 anos e vencimento da última parcela em julho de 2034. No período acumulado de 20/05/2025 a 31/03/2026, o reconhecimento de juros do financiamento do período

correspondeu a R\$ 2.176 e a variação cambial do financiamento foi positiva e totalizou R\$13.398. Para proteção contra variação cambial, foram contratados derivativos de hedge conforme descrito na nota nº 9.

f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	31.03.2026	31.12.2025
Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) (*) (notas nºs 20 e 23.b.1)	37.707.858	36.124.998
Marinha Mercante (FMM) (notas nºs 21 e 23.b.1)	35.734	40.971
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) (notas nºs 19 e 23.b.1)	43.742	52.245
Outros	78	79
Total	37.787.412	36.218.293
Circulante	12.655.805	10.770.724
Não Circulante	25.131.607	25.447.569

(*) Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa Selic, conforme definições da Lei Ordinária nº 14.227 de 20 de outubro de 2021 (nota explicativa nº 20), não apresentando vencimento.

g) Outros Passivos Financeiros

	31.03.2026	31.12.2025
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	8.019	3.948
Sociais e Estatutárias	510.746	510.746
Remuneração do Capital a Pagar (*)	422.416	422.416
Provisão para Participação nos Lucros	88.330	88.330
Total	518.765	514.694
Circulante	518.765	514.694
Não Circulante	-	-

(*) Contempla valores em conformidade ao prazo de prescrição constante da Lei nº 6.404/1976, art. 287, inciso II alínea a. A remuneração do capital se dará em forma de JCP para o exercício de 2025 e será atualizado pela variação da taxa Selic, a partir da data do encerramento do exercício até a data do pagamento, conforme aviso aos acionistas.

13. Outros Passivos

	31.03.2026	31.12.2025
Credores Diversos – País	144.729	122.901
Imobilizações	3.254	3.254
Parcelas de Operações de Crédito- Securitização	1.605	1.605
Recebimento de Recursos para Aval	27.605	27.282
Levantamento de Depósitos Recursais	20.855	20.684
Demais	91.410	70.076
Total	144.729	122.901
Circulante	144.729	122.901
Não Circulante	-	-

14. Provisões, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

a) Provisões

a.1) Provisão para Perdas Esperadas

	31.03.2026	31.12.2025
Compromisso de Empréstimos (nota nº 8.a)	56.555	46.549
Provisão para Perda Esperada com Compromissos de Crédito	124	130
Provisão para Perda Esperada com Créditos a Liberar	56.431	46.419
Garantias Financeiras Prestadas (nota nº14.b)	1.658.717	1.569.956
Total	1.715.272	1.616.505

a.2) Provisão Passivos Atuariais

	31.03.2026	31.12.2025
BD Liquidado	699.073	659.787
Misto Liquidado	23.784	23.220
Assistidos pelo Banco	36.968	34.540
Auxílio Saúde	307.886	305.651
Total (nota nº 23.b.1)	1.067.711	1.023.198

a.3) Provisões Contingenciais e Outras Provisões

	31.03.2026	31.12.2025
Provisões Contingenciais (nota nº 14.c.1)	1.033.151	1.017.261
Ações Trabalhistas (Indenizações)	417.901	406.852
Ações Cíveis (*)	387.712	378.480
Ações Fiscais	13.539	13.410
Planos Saldados	186.224	190.834
Ações Trabalhistas CAPAF	26.816	26.726
Diversas - Desvalorização de Bens	349	349
Outras Contingências	610	610
Outras Provisões	243.263	284.610
Provisão para Pagamentos a Efetuar de Pessoal	89.052	107.817
Provisão para Pagamentos a Efetuar Administrativo	51.677	99.789
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	97.159	68.057
Diversas	5.375	8.947
Total	1.276.414	1.301.871

(*) Dentre as ações judiciais cíveis, encontram-se as ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. O saldo da provisão de fundos de investimentos é de R\$ 78.306, valor dos depósitos judiciais é de R\$ 224.864 e o pagamento de custas e sucumbências é de R\$ 84.542.

b) Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

	Saldos em 31.12.2025	Complemento Provisões	Pagto de Perdas	Reversões	Saldos em 31.03.2026
Risco FNO Rural (nota nº 20)	799.977	130.187	(40.262)	-	889.902
Risco FNO Industrial (nota nº 20)	739.985	53.263	(31.617)	(24.582)	737.049
FDA (nota nº 19)	29.893	2.219	(758)	(155)	31.199
SEC 1 (cessão de crédito – Lei 9.138/1995) (*)	91	466	-	-	557
FIDER	10	-	-	-	10
Total	1.569.956	186.135	(72.637)	(24.737)	1.658.717

(*) Cessão de Crédito – Lei nº 9.138/1995: corresponde ao provisionamento do saldo das operações renegociadas ao amparo da Lei nº 9.138/1995 – Securitização 1 – de responsabilidade do Banco. O saldo dessas operações encontra-se registrado na conta “Retenção de risco em cessões de crédito – Operação baixada” do grupamento de compensação. Em 31 de março de 2026, o montante corresponde a R\$ 558.

	Saldos em 01.01.2025	Complemento Provisões	Pagto de Perdas	Reversões	Ajuste no PL	Saldos em 31.03.2025
Risco FNO Rural (nota nº 20)	772.869	59.776	(32.089)	-	53.548	854.104
Risco FNO Industrial (nota nº 20)	891.327	24.657	(29.836)	(40.938)	(114.251)	730.959
FDA (nota nº 19)	24.991	5.998	(697)	(1.898)	(3.002)	25.392
SEC 1 (cessão de crédito – Lei 9.138/1995) (*)	306	9	(14)	-	-	301
FIDER	5	2	-	-	3	10
Total	1.689.498	90.442	(62.636)	(42.836)	(63.702)	1.610.766

(*) Cessão de Crédito – Lei nº 9.138/1995: corresponde ao provisionamento do saldo das operações renegociadas ao amparo da Lei nº 9.138/1995 – Securitização 1 – de responsabilidade do Banco. O saldo dessas operações encontra-se registrado na conta “Retenção de risco em cessões de crédito – Operação baixada” do grupamento de compensação. Em 31 de março de 2025, o montante corresponde a R\$ 2.135

c) Provisões Trabalhistas, Cíveis e Fiscais

c.1) Movimentação das Provisões Classificadas como Perda Provável

	Trabalhistas (Indenizações)	Cíveis	Fiscais	Planos Saldados	Trabalhistas (CAPAF)	Diversas Desv.Bens	Outras Conting.	Total
Saldo em 31.12.2025	406.852	378.480	13.410	190.834	26.726	349	610	1.017.261
Adição (resultado)	18.347	12.852	436	-	94	-	-	31.729
Atualização monetária (PL)	-	-	-	4.406	-	-	-	4.406
Baixa por pagamento	(5.284)	(525)	-	(9.016)	(4)	-	-	(14.829)
Reversão da provisão	(2.014)	(3.095)	(307)	-	-	-	-	(5.416)
Saldo em 31.03.2026 (nota n° 14.a.3)	417.901	387.712	13.539	186.224	26.816	349	610	1.033.151

	Trabalhistas (Indenizações)	Cíveis	Fiscais	Planos Saldados	Trabalhistas (CAPAF)	Diversas Desv.Bens	Total
Saldo em 01.01.2025	73.271	43.177	2.693	293.572	3.271	349	416.333
Adição (resultado)	16.430	2.875	38	-	-	-	19.343
Atualização monetária (PL)	-	-	-	8.215	-	-	8.215
Baixa por pagamento	(8.529)	(825)	-	(33.457)	-	-	(42.811)
Reversão da provisão	(2.298)	(1.950)	-	-	(2.155)	-	(6.403)
Saldo em 31.03.2025 (nota n° 14.a.3)	78.874	43.277	2.731	268.330	1.116	349	394.677

c.2) Cronograma Esperado de Desembolsos das Provisões

	Trabalhistas (Indenizações)	Cíveis	Fiscais	Planos Saldados	Trab. (CAPAF)	Diversas Desv.Bens	Outras Conting.	Total
Até 5 anos	223.221	245.570	12.707	133.462	8.693	349	539	624.541
De 5 anos a 10 anos	124.140	89.962	488	52.762	5.974	-	-	273.325
Acima de 10 anos	70.540	52.180	344	-	12.149	-	71	135.285
Total	417.901	387.712	13.539	186.224	26.816	349	610	1.033.151

O cenário composto pela imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como, a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de desembolso.

c.3) Provisões Classificadas como Perda Possível

Provisões de Causas – Possíveis	31.03.2026	31.12.2025
Fiscais	36.167	36.167
Trabalhistas	48.349	47.761
Cíveis	1.030.245	1.036.582
CAPAF	435	435
Total	1.115.196	1.120.945

Dentre as demandas judiciais possíveis, as causas cíveis, estão compostas pelos processos classificados a seguir:

Causas Cíveis - Possíveis	31.03.2026	31.12.2025
Anulação de Contrato	4.586	4.586
Cotas Finam	73.353	73.353
Danos Morais e Materiais	141.880	141.986
Debêntures do FINAM	4.586	4.586
Exclusão de Restritivos	14.237	14.281
Honorários Advocatícios	435.262	435.264
Inexistência de Débitos	1.765	1.765
Revisional	296.846	303.019
Obrigação de Fazer	54.555	54.555
Outras	3.175	3.187
Total	1.030.245	1.036.582

d) Devedores por Depósitos em Garantia

	31.03.2026	31.12.2025
Demandas Trabalhistas	77.616	76.824
Provisão p/ Devedores Depósitos Recursais (*)	(22.962)	(26.029)
Demandas Fiscais	348	348
Demandas Cíveis	771	771
Demandas Depósitos Judiciais - Reclassificação	668.950	662.214
Trabalhistas	333.232	328.016
Cíveis	224.864	223.707
Outras	110.854	110.491
Total (nota nº 10)	724.723	714.128

(*) Provisão constituída relativa a depósitos recursais baixados em outras instituições financeiras.

15. Patrimônio Líquido

a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária

	31.03.2026	31.12.2025
Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia	7.182.831	7.161.405
Valor Patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	128,13	127,75
Valor de Mercado por ação (R\$) ⁽²⁾	83,22	77,79

⁽¹⁾ Calculado com base no patrimônio líquido do Banco da Amazônia S.A.

⁽²⁾ Cotação de fechamento do mês, conforme B3 - Brasil, Bolsa e Balcão.

b) Capital Social

Em 31 de março de 2026, conforme estatuto social, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 3.654.918 (R\$ 3.654.918 em 31.12.2025) e está representado por 56.058.315 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

Quantidade de Ações

	31.03.2026	31.12.2025
Acionistas Domiciliados no País	56.046.706	56.041.163
Acionistas Domiciliados no Exterior	11.609	17.152
Total	56.058.315	56.058.315

A participação acionária no capital do Banco está assim distribuída:

	31.03.2026		31.12.2025	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União	54.379.976	97,0	54.379.976	97,0
Administração Direta – Ministério da Fazenda	51.526.163	91,9	41.098.862	73,3
Administração Indireta	2.853.813	5,1	13.281.114	23,7
FI CAIXA FGEDUC - Fundo de Investimento Multimercado	-	-	10.427.301	18,6
BB FGO - Fundo Investimento em Ações	2.853.813	5,1	2.853.813	5,1
Em Circulação	1.678.339	3,0	1.678.339	3,0
Total	56.058.315	100,0	56.058.315	100,0

c) Reservas de Reavaliação

As Reservas de Reavaliação, no valor de R\$ 15.391 (R\$ 15.642 em 31.12.2025) referem-se às reavaliações de ativos. As realizações dessas reservas, no período, importaram em R\$ 251, decorrentes de depreciação. Conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

d) Reservas de Capital e de Lucros

A Reserva Legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária destina-se ao reforço patrimonial para gerir o FNO. Do lucro líquido apurado no período é destinado, no mínimo, 80% do saldo que remanescer, até que alcance 10% do total de recursos aplicados ao referido fundo, limitado ao que determina o art. 199 da Lei nº 6.404/1976.

O quadro abaixo demonstra os saldos das reservas de capital e de lucros:

	31.03.2026	31.12.2025
Reservas de Capital	2.253	2.253
Reservas de Lucros	3.866.225	3.866.225
Legal	428.868	428.868
Estatutária	3.437.357	3.437.357

e) Lucro por Ação

O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade de ações ordinárias em circulação, conforme quadro a seguir:

	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas	47.537	307.457
Quantidade de Ações (em unidades)	56.058	56.058
Lucro por Ação Básico (R\$)	0,84799	5,48462

f) Ajuste de Avaliação Patrimonial

São registrados os ganhos ou as perdas decorrentes de reavaliação de ativos e passivos, líquidos de efeitos tributários, conforme legislação vigente.

Os saldos estão abaixo apresentados:

	31.03.2026	31.12.2025
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(403.744)	(377.633)
Instrumentos Financeiros Classificados como VJORA	(255.302)	(251.988)
Hedge de Fluxo de Caixa (nota nº 9)	(15.166)	(5.937)
Ajustes de Avaliação Atuarial	(133.276)	(119.708)

16. Tributos

a) Provisões constituídas

Neste período o Banco apurou lucro tributável e teve a base de contribuição social zerada pela dedução das perdas incorridas no recebimento de créditos em conformidade ao § 2, art 6º da Lei 14.467/2022.

A conciliação dos encargos para o cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, no período, está assim resumida:

	1º Trimestre/2026		1º Trimestre/2025	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(91.004)	(91.004)	359.686	359.686
Exclusões Líquidas Caráter Permanente (*)	(314.052)	(314.052)	(459.887)	(459.887)
Adições Líquidas Caráter Temporário	405.056	405.056	259.593	259.593
Lucro Tributável antes Compensações	-	-	159.392	159.392
Alíquotas	15%	20%	15%	20%
Valores Devidos pela Alíquota Normal	-	-	23.908	31.879
Adicional de Imposto de Renda (10%)	-	-	15.939	-
Valores Devidos	-	-	39.847	31.879
Realização Reserva Reavaliação e Diferido s/MTM	-	-	(74)	(60)
Valores Registrados em Resultado Antes	-	-	39.773	31.819
Crédito Tributário s/Diferenças Temporárias	(76.967)	(61.574)	(10.757)	(8.605)
Valores Efetivamente Registrados no Resultado	(76.967)	(61.574)	29.016	23.213
% Despesa Efetiva em Relação ao Lucro Antes	84,6	67,7	8,1	6,5

(*) Exclusões permanentes são registros que se apresentam definitivos na base de cálculo, permanecendo até o final do período fiscal.

b) Origem dos Créditos Tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O Banco registra como ativo fiscal diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias dedutíveis, principalmente, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a partir de 1º de janeiro de 2025, o Banco adotou o modelo de perda esperada para o cálculo de provisões para créditos de liquidação duvidosa, o que impactou o reconhecimento de ativos fiscais diferidos.

A Lei nº 14.467/2022, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025, estabeleceu que as perdas incorridas em operações inadimplidas (atraso superior a 90 dias) fossem deduzidas da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no mesmo exercício fiscal, reduzindo a geração de novos ativos fiscais diferidos.

Relativamente aos planos de Benefícios Saldados, a atualização financeira dos contratos, que é registrada no resultado do Banco, está sendo ativada considerando a previsão de realização nos próximos dez anos e calculada pelo atuário do Banco.

Foram consideradas como baixas/realização todos os pagamentos efetuados para os referidos planos.

Houve ainda ativação e baixa de crédito tributário sobre os resultados abrangentes, conforme determinado pela Resolução CVM nº 110/2022, de acordo com a movimentação ocorrida nos ajustes da obrigação do Banco junto aos planos de benefício pós-emprego.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos são adotados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BACEN nº 2/2020.

Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de dez anos.

c) Movimentação dos Créditos Tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

As provisões que serviram de base para constituição dos respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado e no patrimônio líquido, apresentaram a seguinte movimentação durante o período findo em 31 de março de 2026:

	01.01.2026	Constituição	Realizado	31.03.2026
Imposto de Renda				
Provisão Trabalhista	79.764	18.441	12.514	85.691
Provisão para Risco de Crédito	3.317.114	341.971	50.413	3.608.672
Dev. Marcação a Mercado – Título Disponível p/ Venda	462.811	13.658	-	476.469
Provisão para Passivos Legais e Judiciais	80.913	10.722	4.926	86.709
Provisão para Reajuste Futuro-Res. CMN nº 4.877/2020	642	1.890	-	2.532
Provisão para Perdas de Créditos a Liberar	46.549	10.034	27	56.556
Provisão TVM e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	160.005	4.182	3.504	160.683
MTM - Hedge AFD	10.795	16.780	-	27.575
Outras Provisões	147.899	37.688	42.992	142.595
Base de Cálculo	4.306.492	455.366	114.376	4.647.482
Imposto de Renda Diferido (25%)	1.076.623	113.842	28.594	1.161.871
Contribuição Social				
Provisão Trabalhista	79.764	18.441	12.514	85.691
Provisão para Risco de Crédito	3.317.114	341.971	50.413	3.608.672
Dev. Marcação a Mercado – Título Disponível p/ Venda	462.811	13.658	-	476.469
Provisão para Passivos Legais e Judiciais	80.913	10.722	4.926	86.709
Provisão para Reajuste Futuro-Res. CMN nº 4.877/2020	642	1.890	-	2.532
Provisão para Perdas de Créditos a Liberar	46.549	10.034	27	56.556
Provisão TVM e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	160.005	4.182	3.504	160.683
MTM - Hedge AFD	10.795	16.780	-	27.575
Outras Provisões	140.867	37.688	42.992	135.563
Base de Cálculo	4.299.460	455.366	114.376	4.640.450
Contribuição Social Diferida (20%)	859.892	91.073	22.875	928.090
Total do Crédito Tributário (nota nº 16.d)	1.936.515	204.915	51.469	2.089.961

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente quanto ao seu incremento, reversão ou manutenção, com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, conforme demonstrado no estudo técnico, em consonância com as diretrizes do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, especialmente conforme a Resolução CMN nº 4.842/2020 e a Resolução BACEN nº 2/2020.

A partir de janeiro de 2025, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco passou a adotar o modelo de perda esperada na mensuração das provisões para perdas com ativos financeiros, o que impacta a base de constituição de créditos tributários diferidos. Ainda, conforme a Lei nº 14.467/2022, as perdas incorridas em operações inadimplidas por mais de 90 dias são dedutíveis para fins de IRPJ e CSLL, podendo reduzir a constituição de novos ativos fiscais diferidos.

Os créditos tributários são classificados como realizáveis a longo prazo, conforme previsto na Resolução BACEN nº 2/2020, considerando-se sua expectativa de realização no prazo máximo de até dez anos.

d) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

Créditos Tributários	2026	2027	2028	2029	2030	De 2031 a 2035	Total
Crédito Tributário de I.R	158.555	140.315	131.063	133.309	79.158	519.471	1.161.871
Crédito Tributário de C. Social	126.844	112.251	104.851	106.647	63.327	414.170	928.090
Total – Valores Nominais (nota nº 16.c)	285.399	252.566	235.914	239.956	142.485	933.641	2.089.961
Índice Acumulado a.a (%)	1,14	1,26	1,36	1,45	1,55	-	-
Valor Presente destes Ativos	249.693	200.449	173.978	165.487	91.926	-	-

Para determinação do valor presente da expectativa de realização futura dos créditos tributários foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco, para os próximos cinco anos.

e) Créditos Tributários não Ativados

Os créditos tributários não foram ativados em razão da expectativa de realização de ultrapassar os dez anos, conforme definido no estudo técnico como critério para ativação.

Origem dos Créditos Tributários não ativados:

	31.03.2026	31.12.2025
Provisão FNO	161.757	158.804
Provisão Auxílio Pós-Emprego	1.254.062	1.208.954
Provisão Ativos Atuariais - CAPAF	198.444	198.444
Outras Provisões	55.741	55.533
Total das Provisões	1.670.004	1.621.735
Créditos Tributários (CSLL) ⁽¹⁾	334.001	324.347
Créditos Tributários (IRPJ) ⁽²⁾	417.111	405.044
Total Créditos Tributários não Ativados (IRPJ e CSLL)	751.112	729.391

⁽¹⁾ CSLL - alíquota de 20% a partir de março/2020.

⁽²⁾ IRPJ - alíquota de 25%. Para efeito de cálculo do crédito tributário não ativado de IRPJ foi desconsiderado o saldo de R\$ 1.560 de acordo com o artigo nº 510 do Decreto nº 9.580/2018.

Em 31 de março de 2026 o Banco não apresentou estoque de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

f) Impostos e Contribuições a Compensar

	31.03.2026	31.12.2025
Antecipação de IRPJ e CSLL sobre o Lucro Estimado	257.639	211.863
Imposto de Renda Recolhido	154.785	126.669
Contribuição Social Recolhida	102.854	85.194
Benefício Fiscal - Lei do Bem - IRPJ e CSLL - Exercício 2024	17.942	17.367
Antecipações de IRPJ não compensadas no próprio exercício	9.805	9.491
Antecipações de CSLL não compensadas no próprio exercício	8.137	7.876
Outros Impostos e Contribuições a Compensar	20.495	20.553
Total	296.076	249.783
Circulante	286.366	229.230
Não Circulante	9.710	20.553

g) Obrigações Fiscais

	31.03.2026	31.12.2025
Correntes	52.214	57.594
Impostos e Contribuições a Recolher	52.214	57.594
Diferidos (*)	9.828	6.743
Total	62.042	64.337
Circulante	54.149	59.444
Não Circulante	7.893	4.893

(*) É registrado neste item o valor proveniente de crédito diferido sobre marcação a mercado e reavaliação.

17. Desdobramento das Principais Contas de Resultado

a) Receitas da Intermediação Financeira

	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Receitas da Intermediação Financeira	1.663.239	1.427.921
Operações de Crédito	985.815	775.797
Rendas de Operações de Crédito (nota nº 7.c)	974.289	759.653
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	7.779	11.632
Rendas de Repasses Interfinanceiros	3.747	4.512
Resultado de Operações com TVM	674.932	651.188
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	37.922	39.880
Rendas de Títulos de Renda Fixa	641.061	605.150
Lucros com Títulos de Renda Fixa (*)	2.731	6.129
Rendas em Operações com Derivativos	-	30
Outras Rendas Operacionais- Prêmios TVM	22	-
Despesas em Operações com Derivativos	(6.782)	-
Outras Despesas Operacionais - TVM - Cotas Fundos Mútuos Renda Fixa	(22)	-
Rendas Outras Operações com Características de Crédito	2.492	936
Despesas da Intermediação Financeira	(1.182.899)	(995.677)
Captações no Mercado Aberto	(383.098)	(344.683)
Operações de Empréstimos e Repasses	(799.801)	(650.994)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(21.522)	(11.113)
Obrigações por Fundos Financeiros e Desenvolvimento	(778.279)	(639.881)
Perdas Esperadas para Ativos financeiros (Líquidas)	(737.122)	(283.922)
Variações Cambiais (Líquidas)	15.429	(4.284)
Resultado Líquido de Intermediação Financeira	(241.353)	144.038

(*) Valor decorrente da alienação de títulos públicos.

b) Variações Cambiais (Líquidas)

	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Receitas de Ajustes de Variação Cambial	30.562	10.678
Disponibilidades	113	-
Outros Ativos Financeiros - Variação e Diferença de Taxas	1.652	6.832
Obrigações por Empréstimos e Repasses - AFD	22.042	-
Outros Passivos Financeiros - Câmbio	6.755	3.846
Despesas de Ajustes de Variação Cambial	(15.133)	(14.962)
Outros Ativos Financeiros - Variação e Diferença de Taxas	(8.533)	(14.365)
Outros Passivos Financeiros - Câmbio	(6.600)	(597)
Total	15.429	(4.284)

c) Receitas de Prestação de Serviços

	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Cobrança e Custódia	114	990
Comissões Comerciais e Sobre Serviços	15.098	15.614
Outros Serviços	1.025	1.184
Administração de Fundos Sociais e Programas Governamentais (nota nº 23.b.2)	122.036	119.461
Total	138.273	137.249

d) Receitas de Tarifas Bancárias e Comissões

	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Tarifas Pessoa Física	31.086	32.418
Tarifas Pessoa Jurídica	26.424	24.905
Comissões em Comercialização/Serviços de Seguros, Previdência e Capitalização	1.519	1.449
Total	59.029	58.772

e) Despesas com Pessoal

	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Honorários (nota nº 23.a)	(1.603)	(1.495)
Benefícios	(28.737)	(24.668)
Encargos sociais	(57.128)	(49.398)
Proventos	(121.628)	(110.632)
Treinamento	(1.882)	(2.128)
Remuneração de Estagiários	(715)	(812)
Total	(211.693)	(189.133)

f) Despesas Administrativas

	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Água, Energia e Gás	(3.809)	(3.246)
Aluguéis	(6.924)	(5.540)
Processamento de Dados ⁽¹⁾	(56.082)	(28.785)
Comunicações	(8.199)	(5.241)
Manutenção e Conservação de Bens	(8.910)	(4.426)
Material	-	(42)
Serviços de Terceiros ⁽²⁾	(41.419)	(20.817)
Vigilância e Segurança	(13.360)	(8.433)
Serviços do Sistema Financeiro	(9.652)	(7.067)
Promoções e Relações Públicas	(1.136)	(6.085)
Propaganda e Publicidade	-	(380)
Publicações Oficiais	-	(22)
Serviços Técnicos Especializados ⁽³⁾	(37.745)	(24.499)
Transporte	(3.931)	(3.948)
Viagens	(3.999)	(3.932)
Demais Despesas Administrativas	(3.913)	(4.222)
Total	(199.079)	(126.685)

⁽¹⁾ A variação teve como maiores impactos o avanço em despesas com subscrição de software, Desenvolvimento/manutenção de sistemas e consultorias.

⁽²⁾ O maior impacto se deu pelo crescimento da despesa de operacionalização do MPO OSCIP.

⁽³⁾ Variação impactada pela despesa de planejamento estratégico.

g) Despesas Tributárias

	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
ISS	(3.571)	(3.330)
COFINS	(34.596)	(31.752)
PIS/PASEP	(5.622)	(5.160)
Demais Tributos	(1.078)	(3.058)
Total	(44.867)	(43.300)

h) Demais Receitas (Despesas) Operacionais e Despesas de Provisão

Demais Receitas Operacionais

	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Reversão de Provisões Passivas Não Associadas ao Risco de Crédito	68.183	6.838
Contingenciais	5.415	6.403
Reversão de Outras Provisões Operacionais (*)	62.768	435
Rendas de <i>Del Credere</i> – FDA	1.403	842
Receita Variação Taxas - FMM	2.630	4.141
Receita Variação Taxa Câmbio	9.521	4.965
Multas – Operações Crédito Geral	1.049	698
Rendas sobre Depósito Compulsório	2.789	2.912
Rendas de Atualização Selic sobre Tributos a Compensar	1.065	307
Atualização de Devoluções Judiciais Trabalhistas	333	1.021
Demais	149	118
Total	87.122	21.842

(*) O crescimento é decorrente de reversão de provisões operacionais administrativas.

Demais Despesas Operacionais

	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Pagamento de Causas (*)	(94)	(4.369)
Estorno de Encargos - Carteira de Fomento	(219)	(4)
Cumprimento Decisões Judiciais Trabalhistas	(70)	(262)
Outras Despesas sobre Câmbio - Financeiro	(257)	(274)
Despesas sobre Saldos Credores do INSS	(274)	(235)
Despesas de Variação de Taxas	(1.144)	(640)
Despesas de Variação de Taxas - FMM	(4.434)	(4.183)
Despesas - Pagamento de Benefícios/Pensões - INSS	(313)	(361)
Despesas de Grade de Perdas Operacionais	(439)	(175)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(173)	(11)
Outras Despesas Operacionais - Diversas	(4.011)	(112)
Total	(11.428)	(10.626)

(*) Referem-se às diferenças em pagamentos judiciais decorrentes em grande parte de: atualização monetária, utilização da metodologia de perda média para o grupo massificado de ações (que se compensa com reversões verificadas no mesmo grupo) e alteração no índice de correção do passivo trabalhista.

Despesas de Provisão

Garantia Financeira Prestada (Líquida)

	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
FNO (notas nºs 20 e 23.b.2)	(158.868)	(43.495)
FDA	(2.064)	(4.100)
SEC 1 (Cessão de Crédito - Lei 9.138/1995)	(466)	(9)
FIDER	-	(2)
Passivo Atuarial	(46.072)	(55.428)
CAPAF - Atualização Benefícios Pós-Emprego PBD e PMB (nota nº 23.b.2)	(34.402)	(37.169)
CAPAF - Despesas Pós-Emprego Assistidos (nota nº 23.b.2)	(964)	(1.585)
Auxílio Saúde (nota nº 23.b.2)	(10.706)	(16.674)
Contingenciais	(35.610)	(27.558)
Demandas Judiciais	(31.204)	(19.343)
Trabalhistas	(18.347)	(16.430)
Fiscais	-	(38)
Cíveis	(12.763)	(2.875)
CAPAF	(94)	-
Saldados (notas nº 23.b.2)	(4.406)	(8.215)
Plano de Benefício Definido (PBD)	(4.112)	(7.654)
Plano Misto de Benefício (PMB)	(294)	(561)
Total	(243.080)	(130.592)

i) Resultado não operacional

Neste 1º trimestre de 2026, o Banco apresentou resultado não operacional de R\$ 210, sendo R\$ 240 de receitas não operacionais e (R\$ 30) de despesas não operacionais.

18. Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM)

O FINAM foi criado pelo Decreto-lei nº 1.376/1974. É um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal e instituído com a missão de assegurar os recursos necessários para os projetos considerados de interesse para a Amazônia Legal. O Banco, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do FINAM. No Banco, encontram-se registros relacionados a:

	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Rendas de Administração do FINAM ^(*)	1.758	4.326

^(*) A taxa de administração corresponde a 3% sobre 70% do PL do fundo.

	31.03.2026	31.12.2025
Entrada de recursos ^(*)	-	1.082

^(*) Trata-se de liberação financeira conforme Portaria Interministerial nº 93/2018.

O Banco vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do fundo. No atual estágio dos processos, estão classificados como de perda possível, com divulgação na nota explicativa nº 14.c.3, como parte das causas cíveis.

Em atendimento à Lei nº 14.165/2021, que definiu as diretrizes para a quitação e para a renegociação das dívidas relativas às debêntures emitidas por empresas e subscritas pelos fundos de investimentos regionais e para o desinvestimento, a liquidação e a extinção dos fundos, e à Portaria do Ministério da Integração de Desenvolvimento Regional (MIDR) nº 2.896/2022, revogada pela Portaria MIDR nº 1.376/2023, alterada em alguns dispositivos pela Portaria nº 336/2025, que estabelece os procedimentos, as metas e o prazo para o desinvestimento, a liquidação e o encerramento do FINAM, o Banco, como operador, iniciou os procedimentos para recompra de cotas estabelecidos pelo MIDR.

As ofertas de recompra de cotas estão sendo operacionalizadas pelos Bancos Operadores, por meio de Leilões de Compra, na B3 S/A-Brasil, Bolsa e Balcão, por intermédio de Corretoras de Valores Mobiliários credenciadas. A recompra de cotas poderá ocorrer até dezembro de 2028, data estabelecida para a liquidação e encerramento definitivo desses Fundos.

19. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

O Fundo é regulamentado pelos Decretos nºs 4.254/2002 e 10.053/2019. O Banco é agente operador na modalidade de financiamentos por meio de emissão de debêntures e para contratação de operações de crédito por repasse. Como agente operador, verificam-se no Banco os seguintes saldos:

	31.03.2026	31.12.2025
<i>Del Credere</i> ⁽¹⁾	16.363	14.873
Risco da Provisão ⁽²⁾ (nota nº 14.a)	31.199	29.894
Repasses do Tesouro ⁽³⁾ (notas nºs 12.f e 23.b.1)	43.742	52.245

⁽¹⁾ Está registrado em "Rendas a receber". A baixa ocorre pelo pagamento por parte do tomador do crédito.

⁽²⁾ Calculado de acordo com as regras da Res. CMN nº 4.966/2021 e registrado em "Provisão para garantias financeiras prestadas".

⁽³⁾ Estão registrados em "Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento".

Baseando-se no Decreto nº 4.254/2002, não ocorreram liberações, em 31 de março de 2026, com isso, não houve geração de taxa de administração. As despesas e reversões provenientes da provisão de risco de operações - FDA estão apresentadas a seguir:

	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Despesa de Provisão Risco de Operações – FDA (nota nº 14.b)	(2.219)	(5.998)
Reversão de Provisão Risco de Operações - FDA	155	1.898

A Resolução CMN nº 4.960/2021 define critérios, condições, prazos e remuneração das instituições financeiras nos financiamentos concedidos com recursos do FDA.

20. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

O FNO é um fundo do governo federal para fomentar o desenvolvimento econômico e social da região norte. O Banco na qualidade de instituição financeira federal de caráter regional é administrador do Fundo, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento, com foco na sustentabilidade e ações econômicas, ambientais, sociais e de governança para redução das desigualdades intra e inter-regionais.

O Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Taxa de Administração	119.567	114.430
FNO	88.220	89.485
FNO – PRONAF	31.347	24.945
<i>Del Credere</i> do FNO (nota nº 23.b.2)	571.739	492.562
Recuperação de Rendas FNO ⁽¹⁾	15.147	11.972
Remuneração do disponível do FNO (nota nº 23.b.2)	(146.542)	(131.128)
Despesa de Prov. - Garantia Financ. Prestada (Líquida) (notas nºs 17.h e 23.b.2)	(158.868)	(43.495)

⁽¹⁾ Do montante apresentado no 1º trimestre, R\$ 1.225 refere-se às operações baixadas, com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 03/2023 e R\$ 13.922 refere-se à recuperação de operações indenizadas.

Como administrador dos recursos do FNO e de acordo com a lei de sua criação – Lei nº 7.827/1989, o Banco faz jus a uma taxa de administração (art. 9-A), a qual é reconhecida como receita mensalmente conforme percentuais estabelecidos sobre o Patrimônio Líquido do FNO (art.17-A), deduzidos os saldos dos recursos desse fundo (art. 4º da Lei nº 9.126/1995), os valores repassados ao banco administrador (§ 11 do art. 9º-A desta lei) e os saldos das operações contratadas (art. 6º-A da Lei nº 10.177/2001).

A partir de 2023, a taxa de administração foi alterada: redução de 0,15% a.m. para 0,125% a.m.; e, limitação a 20% dos repasses do Tesouro Nacional, a título de remuneração aos agentes financeiros das operações contratadas.

No que se refere ao *Del Credere*, a Lei nº 14.227/2021 estabeleceu, a partir de 1º de janeiro de 2022, nova regra considerando o porte dos clientes. O *Del Credere* corresponde a 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei nº 10.177/2001), com risco compartilhado de 50%. Nas operações em que o Banco assume risco 100%, o *Del Credere* é de 6% a.a. Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não auferir remuneração, por estar isento de risco.

O patrimônio líquido e disponível do Fundo, provisões e repasses relacionados ao FNO estão apresentados a seguir:

	31.03.2026	31.12.2025
Patrimônio Líquido do FNO ⁽¹⁾	61.318.830	59.730.462
Disponível do FNO ⁽²⁾	4.482.351	4.033.058
Provisão Risco FNO ⁽³⁾ (nota nº 14.b)	1.626.951	1.539.962
Repasses de Recursos para Outras Instituições Financeiras ⁽⁴⁾	248.637	247.617
Provisão para Perdas em Repasses	(185)	(146)

⁽¹⁾ Está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de Fundos Públicos Administrados".

⁽²⁾ É remunerado à taxa Selic, segundo definições da Lei Ordinária nº 14.227/2021 e o encargo é registrado no grupo "Despesas de obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento".

⁽³⁾ É registrada na conta "Provisão para garantias financeiras prestadas" e a despesa correspondente ao risco compartilhado, sendo calculada de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966/2021.

⁽⁴⁾ Estão registrados em "Devedores por repasse de outros recursos" e o Banco assume risco integral junto ao Fundo.

No 1º trimestre de 2026, o Banco procedeu à baixa de R\$ 71.880 (R\$ 61.924 em 31.03.2025) de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias, conforme estabelece a Portaria Interministerial MIDR/MF nº 03/2023.

A forma de devolução das parcelas vencidas e a responsabilidade desta instituição (risco compartilhado) consistem no ressarcimento, ao disponível do fundo, 48 (quarenta e oito) horas úteis após o registro da baixa como prejuízo. No 1º trimestre de 2026, foi devolvido ao fundo o montante de R\$ 81.987 (R\$ 68.137 em 31.03.2025).

Apresentamos abaixo o quadro da composição da obrigação com os recursos do FNO:

	31.03.2026	31.12.2025
Recursos a Alocar	2.151.456	1.384.666
Recursos Alocados	35.502.055	34.675.231
Taxa de Administração	29.333	29.628
Outros	25.014	35.473
Total (notas nºs 12.f e 23.b.1)	37.707.858	36.124.998

A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO, risco compartilhado e das provisões estão apresentados a seguir

Estágios	31.03.2026		Estágios	31.12.2025	
	Valor das Operações	Provisão Regulamentar		Valor das Operações	Provisão Regulamentar
1	15.716.570	4.308	1	15.695.723	3.567
2	1.673.820	4.263	2	2.167.967	4.899
3	3.693.264	1.618.380	3	3.496.920	1.531.495
Total	21.083.654	1.626.951	Total	21.360.610	1.539.961
Circulante	5.196.830			4.991.324	
Não Circulante	15.886.824			16.369.286	

21. Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O Banco, em parceria com o Banco do Brasil, opera os recursos do FMM, pertencente à área de atuação do Ministério de Portos e Aeroportos, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca.

	31.03.2026	31.12.2025
Recursos Repassados (*) (notas nºs 12.f e 23.b.1)	35.734	40.971

(*) Estão registrados no grupo "Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" e são atualizados monetariamente com base na variação do dólar (PTAX), mais juros simples de 0,1% a.a.

22. Fundos de Investimentos Financeiros (FIF's)

O Banco administra os Fundos de Investimentos Financeiros (FIF's), antes geridos e custodiados pelo extinto Banco Santos. Os Fundos de Cotas que compõem a carteira desses Fundos (FAC's), foram encerrados judicialmente em março/2022.

Considerando a liquidação e posterior decretação de falência do Banco Santos, o patrimônio líquido desses Fundos foi impactado pela necessidade de constituição de provisão, dada a indisponibilidade dos recursos. Em 31 de março de 2026, os saldos dos patrimônios líquidos desses Fundos totalizam R\$ 68.

23. Partes Relacionadas

a) Remuneração da Administração

A remuneração e outros Benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração do Banco, formado pela Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Demais Comitês, são compostos conforme segue:

	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
Honorários	(1.231)	(1.039)
Diretoria Executiva	(787)	(680)
Conselho de Administração	(102)	(77)
Conselho Fiscal	(57)	(39)
Comitê de Auditoria	(113)	(148)
Demais Comitês	(172)	(95)
Outras	(372)	(456)
Encargos Sociais	(247)	(299)
Auxílios e Benefícios (*)	(125)	(157)
Total (nota nº 17.e)	(1.603)	(1.495)

(*) Alimentação, Moradia, Creche, Plano de Saúde e Previdência Privada

O Banco não oferece Benefícios Pós-Emprego ao pessoal chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários (CAPAF).

b) Transações com Partes Relacionadas

O Banco possui uma Política de transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração (CONSAD) e divulgada ao mercado. A política tem como objetivo consolidar seu compromisso com uma gestão responsável e transparente proporcionando conforto e segurança a seus empregados, acionistas, investidores e ao mercado em geral, demonstrando aderência às normas dos órgãos reguladores e legislação pertinente, assim como, às melhores Práticas de Governança Corporativa. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco. Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações

com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, a política de transações com Partes Relacionadas dispõe que sejam aplicadas as condições e taxas compatíveis com as práticas de mercado, além de estabelecer as orientações a serem observadas em potenciais conflitos de interesses e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os recursos aplicados em títulos públicos federais estão relacionados na nota explicativa nº 6 (Ativos Financeiros – TVM).

As operações com entidades sob o controle do governo federal, acionista majoritário do Banco, estão descritas nas notas explicativas nºs: 12.d (Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais), 12.f (Fundos Financeiros e de Desenvolvimento), 18 (Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM), 19 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA), 20 (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO) e 21 (Fundo da Marinha Mercante – FMM).

As condições e taxas contratadas com as entidades sob o controle do governo federal estão divulgadas nas notas explicativas nºs: 12.d, 12.f, 18, 19, 20 e 21.

b.1) Sumário dos Principais Saldos

	31.03.2026	31.12.2025
Ativos	166	172
Operações de Crédito	166	172
Pessoal-Chave da Administração	166	172
Passivos	39.690.626	37.994.221
Depósitos à Vista	90	75
Pessoal-Chave da Administração	90	75
Depósitos a Prazo	1	1
Pessoal-Chave da Administração	1	1
Obrigações por Repasses do País (nota nº 12.d.1)	649.266	561.899
Tesouro Nacional	191	191
BNDES	474.662	398.761
FINAME	95.414	97.602
FUNGETUR	78.999	65.345
Outros Passivos	39.041.269	37.432.246
FNO (notas nºs 12.f e 20)	37.707.858	36.124.998
FMM (notas nºs 12.f e 21)	35.734	40.971
FDA-Aplicado (notas nºs 12.f e 19)	43.742	52.245
Benefícios a Empregados	1.253.935	1.214.032
CAPAF - Provisão Passivo Atuarial (nota nº 14.a.2)	1.067.711	1.023.198
BB Previdência - Provisão Planos Saldados (nota nº 14.a.3)	186.224	190.834

b.2) Valores das Principais Receitas e Despesas com Partes Relacionadas no Período

	1º Trimestre/2026	1º Trimestre/2025
FNO - Receitas Taxa Administração (nota nº 17.c)	122.036	119.461
FNO - Receita <i>Del Credere</i> do FNO (nota nº 20)	571.739	492.562
FNO - Despesas com Remuneração Disponível FNO (nota nº 20)	(146.542)	(131.128)
FNO - Provisão Líquida (risco compartilhado) (nota nº 20)	(158.868)	(43.495)
Despesas Contribuição Patronal	(16.541)	(21.548)
CAPAF - Liquidados - BD e Misto	(198)	(507)
BB Previdência - Prev Amazônia	(5.637)	(4.367)
Auxílio Saúde (nota nº 17.h)	(10.706)	(16.674)
Atualização Ajuste Pós-Emprego	(39.772)	(46.969)
CAPAF - Atualização Benefício Pós-Emprego PBD e PMB (nota nº 17.h)	(34.402)	(37.169)
CAPAF - Despesas Pós-Emprego Assistidos (nota nº 17.h)	(964)	(1.585)
BB Previdência - Atualização Planos Saldados (nota nº 17.h)	(4.406)	(8.215)

24. Remuneração Paga aos Empregados e Administradores

a) Remuneração Mensal dos Empregados (em reais) e Outras Informações

Remuneração (*)	31.03.2026	31.12.2025
Maior	38.440,10	38.440,10
Menor	3.668,63	3.668,63
Média	12.877,13	13.566,63
Valor Médio dos Benefícios	4.123,77	4.127,73

(*) inclui despesas vinculadas à remuneração conforme Resolução CGPAR/ME nº 30/2022.

Outras informações	31.03.2026	31.12.2025
Quantidade de Empregados	2.799	2.810
Participação de Lucro no Resultado - PLR (em mil)	-	84.564

A Participação nos Lucros e Resultados (PLR) observa as orientações e diretrizes determinadas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), conforme disposto na Lei nº 10.101/2000 e no Decreto nº 12.904/2026. Possui natureza não salarial, conforme o previsto no Art. 7º da Constituição Federal de 1988, sendo objeto de negociação por meio de acordo coletivo de trabalho. As metas e as apurações dos indicadores são aprovadas pelo Conselho de Administração (CA). A distribuição aos trabalhadores é feita com base no cumprimento dos indicadores, limitando-se a 9,25% do lucro líquido anual. A provisão dos valores relativos à PLR é realizada anualmente, após o encerramento do exercício contábil, e o pagamento ocorre após a aprovação das demonstrações financeiras na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

b) Remuneração dos Administradores (em reais) e Outras Informações

Remuneração Diretoria Executiva	31.03.2026	31.12.2025
Maior	48.593,89	48.593,89
Menor	42.751,92	37.175,58
Média	43.725,58	42.456,64

Remuneração média dos Conselhos	31.03.2026	31.12.2025
Conselho de Administração	4.736,94	4.631,58
Conselho Fiscal	4.736,94	4.513,42

Outras informações	31.03.2026	31.12.2025
Remuneração Variável Anual – RVA (em mil)	-	1.047

25. Benefícios a Empregados

Os benefícios pós-emprego ofertados e patrocinados pelo banco aos seus empregados correspondem à complementação de aposentadoria, por meio de planos de previdência complementar e auxílio saúde (disponível, também, para empregados da ativa). É elaborado trimestralmente um relatório por um atuário qualificado, no qual a partir deste ano será publicado somente semestralmente e anualmente nas notas explicativas.

Constam no [site](#) institucional do Banco da Amazônia e nas intranets dos órgãos reguladores (CVM e BACEN), as informações completas referentes aos planos atuariais, encontram-se disponíveis nas demonstrações financeiras de 2025.

26. Gerenciamento de Riscos e Capital

A estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital do Banco atende ao previsto na Resolução CMN nº 4.557/2017 e se aplica a toda a Instituição, incluindo esferas colegiadas e estratégicas de decisão e ao Diretor de Riscos, *Chief Risk Officer* – CRO, dispondo de:

- Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital que é aplicada em todos os processos corporativos, tendo como objetivo fornecer princípios e diretrizes para a gestão contínua e integrada dos riscos e capital de forma alinhada aos normativos vigentes, ao planejamento estratégico, e ao apetite a risco definido, que tem como escopo as diretrizes para a gestão dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta:

Risco de Liquidez; Risco de Crédito; Risco de Mercado; IRRBB; Risco Social, Ambiental e Climático; Risco Cibernético; Risco Operacional; Risco Legal; Risco de Integridade.

- Declaração de Apetite por Riscos (*Risk Appetite Statement* – RAS);
- Comitês em níveis táticos e estratégicos, valorizando as decisões colegiadas no âmbito da Gestão de Riscos e de Capital;

- Programa de Testes de Estresse - Análise de Sensibilidade; e,
- A governança no Gerenciamento de Riscos adota também a abordagem das três linhas. Onde:
 - ❖ A primeira linha, representada pelas áreas de negócio e áreas de suporte, responsáveis por identificar, avaliar, reportar e gerenciar os riscos decorrentes de suas atividades, pela execução dos controles e mitigadores de riscos, e pela definição e implementação de planos de ação para garantir a efetividade do ambiente de controle.
 - ❖ Como parte da segunda linha, a área responsável pelo Gerenciamento de Riscos, fornece expertise complementar, apoio, monitoramento e questionamento quanto ao Gerenciamento de Riscos, incluindo: desenvolvimento, implantação e melhoria contínua das práticas de Gerenciamento de Riscos nos níveis de processo, sistemas e entidade; O atingimento dos objetivos de Gerenciamento de Riscos, como: conformidade com leis, regulamentos e comportamento ético aceitável; Controle Interno; Segurança da Informação e Tecnologia; Sustentabilidade; Gerenciamento de Capital.
 - ❖ A terceira linha é representada pela Auditoria Interna.

A estrutura de Gerenciamento de Riscos do Banco da Amazônia consta também no Relatório de Gerenciamento de Riscos – Anexo Pilar 3, publicado trimestralmente no [site](#) institucional do Banco da Amazônia, em atendimento a Resolução BCB nº 54 de 16/12/2020.

a) Risco de Liquidez

O monitoramento da exposição ao Risco de Liquidez visa detectar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos que podem afetar a capacidade de geração de caixa e o equilíbrio financeiro do Banco. O monitoramento dos níveis de exposição ao Risco de Liquidez é realizado permanentemente, e as informações geradas são reportadas às alçadas competentes para a tomada de decisão.

O Banco utiliza-se ainda, para acompanhamento e controle do Risco de Liquidez:

- ❖ Índice de Liquidez de Curto Prazo: considera a razão entre o valor do estoque de ativos de altíssima liquidez e um fluxo líquido de saída de recursos esperado nos 30 dias subsequentes. O total do fluxo líquido de saídas de caixa compreende ao total de saídas de caixa subtraído do menor valor entre o total de entradas de caixa e 75% do total de saídas de caixa.
- ❖ Índice de Liquidez de Curto Prazo Estressado: considera a razão entre o valor do estoque de ativos de altíssima liquidez e um fluxo líquido de saída de recursos esperado num cenário de estresse nos 30 dias subsequentes. O total do fluxo líquido de saídas de caixa compreende ao total de saídas de caixa subtraído do menor valor entre o total de entradas de caixa e 75% do total de saídas de caixa.
- ❖ Índice de Liquidez de Longo Prazo Estressado: o cálculo é uma razão entre recursos estáveis disponíveis – parcela do capital e dos passivos com a qual a instituição pode contar no horizonte de um ano – e recursos estáveis necessários – parte dos ativos, incluindo-se ativos fora de balanço, que devem ser financiados por recursos estáveis por possuírem prazos longos e/ou baixa liquidez.
- ❖ Fluxo de Caixa: representa graficamente os resultados líquidos diários acumulados de caixa, projetados para os 252 dias úteis subsequentes à data-base sob premissas e parâmetros conservadores previamente definidos.

O Índice de Liquidez de Curto Prazo, calculado em 31 de março de 2026, alcançou 4,87. Esse valor significa que, considerando um cenário econômico estável, a instituição possui ativos de alta liquidez suficientes para honrar 100% de suas obrigações líquidas de Curto Prazo nos próximos 30 dias. Um índice acima de 1 indica que a instituição possui um colchão de segurança para lidar com saídas inesperadas de recursos, garantindo sua capacidade de pagamento e demonstrando uma gestão de liquidez eficiente.

Índice de Liquidez de Curto Prazo	31.03.2026	31.12.2025
Na Data Base	487%	461%
Média dos Últimos 6 meses	454%	462%
Máximo dos Últimos 6 meses	487%	503%
Mínimo dos Últimos 6 meses	432%	432%

Em 31 de março de 2026, o portfólio de TVM registrou volume de recursos marcados a mercado no total de R\$ 20.494.595, representando retração de 0,34%. Na composição do portfólio, a grande maioria dos ativos está alocada em Títulos Públicos e Operações Compromissadas, correspondendo a 85% da Carteira de Tesouraria, em um montante de R\$ 17.409.300. Ademais, vale destacar que o volume de estoque em Tesouro Selic, Instrumento Financeiro de altíssima liquidez no mercado secundário, corresponde R\$ 14.197.958 em percentual representa 69% do total do portfólio TVM.

b) Risco de Crédito

A gestão do Risco de Crédito no Banco está balizada em Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital e na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração e tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao Risco de Crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Objetivando aplicar os recursos próprios e os recursos administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de Risco de Crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades positivas de retorno dos créditos concedidos, assegurando ou atuando de forma coadjuvante para que haja: melhoria

da qualidade de crédito da instituição; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores spreads e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco, e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional da instituição; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade no processo de análise e decisão creditícia.

Nos modelos internos de avaliação de Risco de Crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de rating para o tomador (que determinará se o mesmo terá acesso ao crédito) e respectivas operações creditícias.

O Banco é responsável pela classificação do cliente e da operação no nível de risco e percentual de perda correspondentes, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, fatores como situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, gestão de garantias, influência de variáveis macroeconômicas, etc.

c) Risco de Mercado

O Banco possui um sistema de monitoramento contínuo das suas exposições ao Risco de Mercado, com foco principal nas operações sensíveis às flutuações das taxas de juros e dos índices de preços. Na gestão desses riscos, são empregadas metodologias e instrumentos financeiros amplamente utilizados e validados pelo mercado:

- ❖ *Value at Risk* (VaR) de operações ativas e passivas das carteiras de negociação;
- ❖ Variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (Δ VE) da carteira bancária;
- ❖ Variação do resultado da intermediação financeira (Δ NII) da carteira bancária;
- ❖ Análise de sensibilidade;
- ❖ Testes de estresse;
- ❖ Testes de aderência (*backtesting*); e
- ❖ Relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado. Os relatórios gerenciais são diários, semanais, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle.

No processo de gestão de Risco de Mercado são estabelecidos os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (*trading*), conforme Resolução BCB nº 111/2021.

A mensuração do Risco de Mercado é realizada através do modelo de *Value at Risk* (VaR) e é calculada para 1 dia, para as diversas carteiras do Banco. O sistema importa e consolida as informações de bases externas (BACEN, B3 – Brasil, Bolsa e Balcão e ANBIMA) e internas (sistemas legados), para auferir o valor do VaR. A validação do modelo é respaldada pela metodologia das médias móveis exponenciais ponderadas (EWMA).

Em 31 de março de 2026, o VaR calculado para a Carteira Banco¹ e para a Carteira Tesouraria² foi de R\$ 22.240 e R\$ 8.102 respectivamente, estando dentro dos limites de referência de 34,13% e 17,22% respectivamente. Os valores calculados para o VaR das posições Banco e Tesouraria estão em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, em status Normal, com posições inferiores aos limites de VaR estabelecidos.

Análise de Sensibilidade

O Banco mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao Risco de Mercado, sendo realizada rotineiramente a análise de sensibilidade, avaliando as posições da instituição em condições extremas no cenário econômico.

Para Risco de Mercado, são utilizados três cenários nos quais se verifica o comportamento do VaR no cenário normal de mercado, e nos cenários de estresse de 25% e 50% dos indicadores utilizados para projeção de MtM.

No cálculo do estresse são utilizadas como parâmetros de referência as curvas de mercado: cupom – BMF/IGPM, cupom – BMF/IPCA, cupom IGPM/NTN-ANBIMA, cupom IPCA/NTN-ANBIMA, Cupom sujo USD, cupom TR, PRÉ, USD brl.

Os níveis de estresse de 25% e 50% atribuídos para o modelo estão descritos a seguir:

Cenário 1 (Normal): a base desse cenário são as condições normais da atividade econômica. Utilizou-se a cotação Reais/Dólar a R\$ 5,2194 em 31 de março de 2026 e a taxa DI de 1 ano no nível de 14,65 % a.a.

Cenário 2 (Estresse de 25%): foi aplicado estresse de 25% a maior sobre os fatores de risco do cenário normal. Os resultados projetados foram a cotação Reais/Dólar a R\$ 6,5243 em 31 de março de 2026 e a taxa DI de 1 ano no nível de 18,31% a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3 (Estresse de 50%): foi utilizado estresse de 50% sobre os dados do cenário normal, resultando, para a cotação Reais/Dólar, o valor de R\$ 7,8291 em 31 de março de 2026 e para a taxa DI de 1 ano, o nível de 21,97% a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

¹ Portfólio que contempla todos os títulos de valores mobiliários da tesouraria, captações e operações de crédito.

² Portfólio que contempla apenas os títulos de valores mobiliários da tesouraria.

O quadro a seguir sintetiza a análise dos cenários de MtM dos títulos e valores mobiliários da carteira tesouraria, conforme Resolução BACEN nº 02/2020:

		31.03.2026			31.12.2025		
		Cenários			Cenários		
Fatores de Risco	Definição	1	2	3	1	2	3
Prefixado	Exposições Sujeitas à Variação de Taxas de Juros Prefixadas	(520)	(2.268)	(4.080)	(375)	(4.282)	(7.555)
Índice de Preços	Exposições Sujeitas à Variação da Taxa dos Cupons de Índice de Preços	(15.837)	(689.855)	(847.034)	(11.338)	(689.853)	(842.994)
Taxa de Juros	Exposições Sujeitas à Variação da Taxa de Juros	315	10.916	20.868	58	11.476	21.479
Total		(16.042)	(681.207)	(830.246)	(11.655)	(682.659)	(829.070)

Os resultados apresentados refletem os impactos para cada cenário em uma posição estática da carteira. Nos cenários I, II e III, demonstram-se os instrumentos financeiros alocados por fatores de risco que apresentam maior risco (papéis indexados aos índices de preços, IGPM e IPCA). No pior cenário tem-se uma perda no MtM da Tesouraria na ordem de (R\$ 830.246) correspondentes ao cenário 3.

As implicações apresentadas no portfólio TVM da Tesouraria, com o montante de R\$ 18.300.687, mostram valores significativos, após os choques paralelos de 25% e 50% sobre o cenário de referência (mercado), das posições em risco do TVM, cujos percentuais giram em torno de 8,35% do saldo total de aplicações da carteira de tesouraria do Banco, sendo o maior fator de risco, as posições em cupons de índice de preços.

Em atendimento à Resolução BCB nº 02/2020, o Banco realizou análise de sensibilidade sobre as incertezas nas estimativas de ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

- **Operações de Crédito:** a carteira de crédito global do Banco da Amazônia, própria e administrada, é majoritariamente remunerada por métricas que não estão expostas diretamente às variações da taxa DI, e, por este motivo, para fins de análise de sensibilidade, foi utilizado um cenário de grande impacto e baixa probabilidade de ocorrência, sobre a ótica da inadimplência, onde todas as operações de crédito as quais o Banco está exposto teriam sua classificação (*ratings*) de risco rebaixada em um nível (*downgrade*). Os critérios de classificação dos níveis de risco das operações seguem o disposto na Resolução CMN nº 4.966/2021.

d) **Interest Rate Risk in the Banking Book (IRRBB)**

A Circular BACEN nº 3.876/2018, define o IRRBB como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento do risco de taxa de juros no Banco se concentra nas operações da carteira bancária, que inclui instrumentos financeiros sem intenção de negociação após a aquisição ou origem, como:

- ❖ Captações: depósito de poupança, depósito a prazo, depósito à vista e depósitos judiciais;
- ❖ Crédito: fomento e comercial; e
- ❖ Ativos na carteira da tesouraria: classificados em “disponível para venda” e “mantidos até o vencimento”.

O Banco da Amazônia mantém um perfil de exposição a Risco de Mercado conservador, com diretrizes e limites monitorados de forma independente, buscando alinhamento com as melhores práticas de mercado, regulamentações locais e do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia.

A Circular BACEN nº 3.938/2019 introduziu novas metodologias e procedimentos para avaliação da suficiência do Patrimônio de Referência (PR) para cobertura do risco de variação de taxas de juros na carteira bancária, para instituições enquadradas na segmentação 3 (S3), conforme o art. 2º da Resolução CMN nº 4.553/2017.

Para fins de apuração do risco da taxa de juros da carteira bancária e observância à Circular BACEN nº 3.938/2019, são consideradas as seguintes abordagens padronizadas:

- ❖ De Resultado de Intermediação Financeira (Δ NII): avalia o impacto das variações de taxas de juros no resultado da instituição; e
- ❖ De Valor Econômico (Δ EVE): avalia o impacto das variações de taxas de juros no valor dos ativos e passivos da Instituição.

A partir de junho de 2022, o Banco adotou a metodologia padronizada, que considera a ponderação de 20% Δ EVE e 80% Δ NII, para o cálculo do nível do IRRBB, contemplando cenários de curto/médio prazo para o NII e de longo prazo para o EVE.

O valor do IRRBB, calculado pela metodologia ponderada de 20% sobre o Δ EVE e 80% sobre o Δ NII, é calculado mensalmente. Em março de 2026, o IRRBB apresentou o montante de R\$ 113.545 em que o valor calculado está em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, com status Normal, em posições inferiores aos limites estabelecidos.

No teste de estresse empregado sobre o risco de Variação das Taxas de Juros para os instrumentos classificados na carteira bancária, o Banco utiliza as seguintes abordagens:

- ❖ Abordagem 1: estima o percentual da variação do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação em relação ao PR, com utilização de choque compatível com o 1º e o 99º percentis de uma distribuição histórica de variações nas taxas de juros, considerando o período de manutenção (*holding period*) de um ano e o período de observação de cinco anos.
- ❖ Abordagem 2: estima a quantidade de pontos-base de choques paralelos de taxas de juros necessários para acarretar reduções do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação correspondentes a 5%, 10% e 20% do PR.

e) Risco Social, Ambiental e Climático (RSAC)

A gestão do risco socioambiental e climático no Banco da Amazônia, está estruturada em observância aos preceitos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.557/2017 e Resolução CMN nº 4.945/2021, a partir da utilização de ferramentas de análise e monitoramento de risco das operações selecionadas em conformidade com a matriz de relevância e proporcionalidade do Banco da Amazônia.

O Banco estabeleceu a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática – PRSAC, que contempla princípios e diretrizes que norteiam as ações de sustentabilidade e de risco social, ambiental e climático, consideradas as dimensões estratégicas, de governança e econômicas, na atuação do Banco da Amazônia, tanto no aspecto institucional como nas operações de financiamento do Banco.

A concessão de empréstimos e financiamentos são condicionados à apresentação das exigências legais, quando for o caso, tais como certidões de regularidade ambiental e Licenças Ambientais. Em especial os financiamentos concedidos por meio do Crédito Rural, devem estar aderentes às restrições legais impostas pelo Manual do Crédito Rural – MCR.

No Banco da Amazônia, toda a operação rural recebe tratamento de análise socioambiental, realizada em ferramenta contratada, com exceção das dispensadas pelo MCR. A ferramenta cruza diferentes bancos de dados oficiais e produz relatório de acordo com a legislação ambiental e normas do Banco.

Todas as operações do Crédito Rural no Banco da Amazônia recebem análise socioambiental previamente a concessão de forma individual. Os critérios de análise socioambiental estão estabelecidos em normas internas e tem como premissa a mitigação de riscos socioambientais e o atendimento das exigências dos órgãos reguladores. O Banco da Amazônia possui metodologia interna de avaliação de níveis de RSAC aplicada em sistema de avaliação desenvolvido internamente, apurando o RSAC das operações as quais abrange em três níveis: Alto, Médio e Baixo. O gerenciamento de RSAC está estruturado e documentado em Norma de Procedimento interna, a qual determina a validade e periodicidade das avaliações, bem como apresenta as rotinas e procedimentos de gestão do risco.

f) Risco Cibernético

A Segurança da Informação e Comunicações (SIC) é um conjunto de ações que objetivam viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações, sejam elas físicas ou digitais, contra diversos tipos de ameaças para garantir a continuidade dos negócios, minimizar eventuais danos, maximizar o retorno dos investimentos e de novas oportunidades de negócio.

A Segurança Cibernética está contida dentro do âmbito da SIC e se configura como um conjunto de tecnologias, processos e práticas projetados para proteger redes, computadores, sistemas e dados de ataques, danos ou acesso não autorizado, permitindo o uso e o compartilhamento da informação digital de forma controlada. Sendo assim, a SIC é de maior abrangência, protegendo tecnologias, pessoas, informações físicas, entre outros, enquanto a Segurança Cibernética visa proteger somente ativos relacionados ao universo digital.

Nessa perspectiva, risco cibernético é o risco que se refere aos potenciais resultados negativos associados aos ataques cibernéticos. Por sua vez, os ataques cibernéticos podem ser definidos como tentativas de comprometer a confidencialidade, integridade e disponibilidade de dados ou sistemas tecnológicos.

No Banco, a estrutura de Gerenciamento de Riscos cibernéticos atende ao previsto na Resolução CMN nº 4.893/2021 e se aplica a toda a Instituição, dispondo de:

- ❖ Política de segurança da informação e cibernética que tem por objetivo estabelecer o Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI) do Banco da Amazônia, considerando uma visão holística e coordenada dos riscos de SIC do Banco para definir e comunicar os princípios, valores, conceitos, diretrizes, controles suficientes à preservação e proteção das informações do Banco da Amazônia e seus respectivos ativos quanto à confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e irretratabilidade, em todo o seu ciclo de vida, contida em qualquer suporte ou formato.
- ❖ Normas de procedimentos de segurança da informação que apoiam a estratégia definida na Política.
- ❖ Planos de resposta a incidentes de cibersegurança.

- ❖ Comitê de Segurança Corporativa, da Informação e de Comunicações: de caráter consultivo e deliberativo, tem por finalidade participar do processo de gestão Segurança Corporativa, inclusive de Informação e de Comunicações do Banco.

A governança no Gerenciamento de Riscos cibernético adota também a abordagem das três linhas. Onde:

- ❖ A primeira linha, representada pelas áreas de tecnologia, pessoas e contratos é responsável por identificar, avaliar, reportar e gerenciar os riscos cibernéticos em ativos de tecnologia, recursos humanos e cadeia de suprimento, respectivamente, e pela execução dos controles e mitigadores de riscos, e, ainda, pela definição e implementação de planos de ação para garantir a efetividade do ambiente de controle;
- ❖ Na segunda linha, a área responsável pelo Gerenciamento de Risco Cibernético define a estratégia e as políticas de segurança, bem como realiza o monitoramento dos riscos, a gestão de incidentes e é responsável pelo acultamento da empresa acerca da segurança da informação. Ainda como parte da segunda linha, a área responsável pela gestão de continuidade de negócio, tema afeto à segurança da informação, é a área de controles internos responsável por definir as diretrizes e procedimentos inerentes a gestão de continuidade de negócios estabelecendo o processo para análise de impacto nos negócios, estratégias para assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio;
- ❖ A terceira linha é representada pela Auditoria Interna.

g) Risco Operacional

O Banco segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.557/2017, integrando a gestão do risco operacional à sua estrutura e a todos os níveis hierárquicos. Utiliza normas de procedimento com detalhamento de papéis e responsabilidades da Instituição conforme modelo das três linhas.

Realiza monitoramento contínuo dos eventos relacionados ao risco operacional, mantendo uma base histórica quantitativa e qualitativa de informações, reportando regularmente à Alta Administração. Ressalta-se, ainda, a promoção da cultura voltada à gestão de riscos e controles, com o objetivo de alcançar metas estratégicas e fortalecer a governança corporativa.

h) Risco Legal

Em conformidade com as determinações do Banco Central do Brasil e de demais órgãos reguladores, o Banco da Amazônia assegura a observância das legislações, normas e regulamentos aplicáveis às instituições financeiras.

A área de Controles Internos monitora, de forma sistemática, a publicação de normativos externos e acompanha o cumprimento das obrigações regulatórias pertinentes. Para isso, a Instituição utiliza um Sistema de Compliance que disponibiliza informações atualizadas sobre normas aplicáveis às atividades bancárias, assegurando o alinhamento das áreas envolvidas às diretrizes regulatórias e a aderência às exigências legais.

i) Risco de Integridade

O Banco mantém políticas, programas e instrumentos de integridade, com destaque para o Código de Conduta Ética, o Programa de Integridade e o Plano de Integridade, que orientam e monitoram a atuação institucional de forma preventiva e contínua.

Esses instrumentos estabelecem diretrizes de conduta, responsabilidades e padrões éticos, promovendo uniformidade de procedimentos e reduzindo a possibilidade de discricionariedade indevida. O Programa de Integridade, em especial, traduz essas diretrizes em práticas, contemplando ações de prevenção, detecção e resposta a desvios, além de fortalecer a cultura de ética e conformidade em todos os níveis da organização.

De forma integrada, esse conjunto reduz a exposição a fraudes, corrupção e desvios de conduta, fortalece os controles internos e reforça a confiança das partes interessadas na atuação ética, transparente e responsável da Instituição.

j) Gestão de Capital

O processo de gestão de capital adotado pelo Banco é estruturado de forma coerente com a complexidade operacional e os riscos assumidos pela Instituição, visando assegurar qualidade, consistência e transparência do capital, além de cumprir integralmente os requisitos regulatórios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.557/2017. Essa estrutura abrange áreas responsáveis pelo orçamento, planejamento estratégico, controle e monitoramento de riscos, além dos colegiados estratégicos de tomada de decisão.

A Instituição mantém um Plano de Capital que projeta o capital necessário para um horizonte de três anos, incluindo testes de estresse e um plano de contingência para garantir a gestão adequada do capital, alinhada ao apetite de risco definido na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

A adequação de capital é gerenciada considerando não apenas as exigências regulatórias, mas também uma meta interna declarada na RAS, superior aos limites mínimos estabelecidos para o Patrimônio de Referência (PR). O Plano de Capital é elaborado de maneira integrada ao Planejamento Estratégico, refletindo os objetivos institucionais e atendendo plenamente às determinações da Resolução CMN nº 4.557/2017.

A Diretoria de Controle e Riscos é responsável pela gestão do capital do Banco, contando com uma unidade administrativa específica estabelecida em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017. Detalhes da estrutura de Gerenciamento de Capital encontram-se disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos – Anexo Pilar 3, disponível no [site](#) do Banco da Amazônia.

k) Índice de Basileia (Limite Operacional)

O Índice de Basileia (IB) é calculado de acordo com o estabelecido nas Resoluções CMN nº 4.955/2021 (cálculo do Patrimônio de Referência - PR) e nº 4.958/2021 (apuração dos requerimentos mínimos e ACP) relacionando-os com os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

A instituição mantém, permanentemente, o montante de PR, de Nível I e de Capital Principal em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.958 de 21 de outubro de 2021, bem como para suprir a exigência do Adicional de Capital Principal (ACP) instituído por essa mesma Resolução

O Banco encerrou o primeiro trimestre de 2026 com PR de R\$ 7.170 milhões, com uma redução de 0,96% (R\$ 7.240 milhões em 31.12.2025). O montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) cresceu 1,17% em relação ao registrado no período anterior, saindo de R\$ 54.521 milhões em 31.12.2025 para R\$ 55.155 milhões 31.03.2026, resultando em um Índice de Basileia de 13%, acima do requerimento exigido, mantendo a capacidade de cumprir com os mínimos regulatórios, garantir sua solidez patrimonial e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento de seus negócios.

Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Apresentamos abaixo os principais indicadores obtidos conforme regulamentação em vigor:

	31.03.2026	31.12.2025
Patrimônio de Referência (PR)	7.170.368	7.240.499
PR Nível I	7.170.368	7.240.499
Capital Principal	7.170.368	7.240.499
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	55.154.879	54.521.239
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	48.208.735	48.033.479
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	48.616	32.087
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	6.897.528	6.455.672
Requerimento Mínimo de Capital		
Capital Principal Mínimo Requerido ⁽¹⁾	2.481.970	2.453.456
PR Nível I Mínimo Requerido ⁽²⁾	3.309.293	3.271.274
PR Mínimo Requerido ⁽³⁾	4.412.390	4.361.699
Margem sobre os Requerimentos de Capital		
Margem sobre o Capital Principal Mínimo Requerido	4.688.399	4.787.043
Margem sobre o PR Nível I Mínimo Requerido	3.861.075	3.969.224
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	13,0%	13,3%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	13,0%	13,3%
Índice de Basileia (PR / RWA)	13,0%	13,3%

⁽¹⁾ Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

⁽²⁾ Representa o mínimo de 6% do RWA.

⁽³⁾ O fator "F" aplicado ao montante de RWA corresponde a 8,0%.

27. Outras Informações

a) Avais e Fianças Prestados

	31.03.2026	31.12.2025
Garantias Prestadas, Inclusive Risco de Crédito do FNO	10.601.918	10.740.126
Retenção de Risco em Cessões de Crédito - Operação Baixada	558	527
Total	10.602.476	10.740.653

b) Seguros

• Seguro Predial

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos que envolvem o seu imobilizado, cuja cobertura é de R\$ 175.375 até 19.12.2026 com prêmio líquido de R\$ 232, determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

• Seguro D&O

O Banco, através de seu estatuto social, artigo 22, mantém contrato de seguro de responsabilidade civil, cuja cobertura é de R\$ 30.000 até 01.01.2027, com prêmio de R\$ 600 até 01.01.2027, determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

c) Resultado Recorrente e Não Recorrente

Seguindo o que recomenda a Resolução BCB nº 2/2020, no 1º trimestre de 2026 não houve evento não recorrente. O resultado contábil do 1º trimestre de 2026 foi de R\$ 47.537.

d) Processo de Investigação

Como já informado anteriormente, o Banco conduziu, durante o ano de 2022, investigação interna sobre suspeitas de irregularidades em operações de crédito contratadas entre 2012 e 2014. Os trabalhos conduzidos por um Comitê constituído para tal fim foram concluídos em 26 de agosto de 2022, com a submissão dos resultados da investigação à avaliação do Conselho de Administração, que realizou os encaminhamentos à Diretoria Executiva, consoante registrado nas atas das reuniões extraordinárias do Conselho de Administração, de 26 de agosto de 2022 e 26 de setembro de 2022 os quais seguem sendo supervisionados e monitorados por aquele órgão assim como pelo Comitê de Auditoria.

Sem prejuízo das oportunidades de ajustes e correções de fluxo decorrente de testes de controles internos, resultantes do processo investigativo e conduzidos pelo Comitê de Investigação sob a supervisão do Conselho de Administração, esse último colegiado considerou que as investigações realizadas até então confirmaram a confiabilidade das informações trimestrais e dos processos contábeis do Banco, encerrando o processo de investigação por não verificar risco que comprometesse a qualidade das informações trimestrais e reiterando o compromisso com a acurácia das informações prestadas ao mercado.

Os procedimentos disciplinares relacionados ao objeto da investigação foram avocados pela Controladoria Geral da União (CGU), a quem caberá por imperativo legal a apuração de eventuais responsabilidades disciplinares de funcionários ou ex-funcionários do Banco, em relação às operações de crédito contratadas. Por conta da avocação, foram encerrados os procedimentos disciplinares que haviam sido instaurados no âmbito interno. O Banco compartilhou com a CGU os documentos relacionados à investigação, incluindo um relatório detalhado sobre o que foi apurado.

A Administração considera que o resultado das investigações e dos testes de controle são suficientes para concluir que, seja qual for o desfecho de eventuais ações disciplinares pela CGU, elas não colocarão em dúvida a qualidade das informações trimestrais do Banco, porquanto o saldo credor relacionado às operações de crédito suspeitas de irregularidades, embora em cobrança judicial, encontra-se totalmente provisionado desde exercícios anteriores.

O Conselho de Administração continuará acompanhando a evolução das ações relativas às oportunidades de melhoria acima mencionadas, dentro do esforço de aprimoramento contínuo dos controles internos e da governança do Banco.

e) Processo de Investigação “Boi de Papel”

Em março de 2024, foi deflagrada pela Polícia Federal a operação “Boi de papel”, que trata de indícios de emissão de Guias de Transporte de Animal Vivo (GTAs) potencialmente falsas, por órgão estadual competente. A administração do Banco vem tomando todas as medidas cabíveis, como: a) Apuração de responsabilidades através da Corregedoria Interna do Banco sobre possível envolvimento de empregados; b) Monitoramento e fiscalização das operações potencialmente envolvidas de forma a avaliar um possível desvio de finalidade do recurso do FNO. Se caracterizado tal desvio de finalidade, as operações sofrerão as sanções conforme disposto no Manual de Crédito Rural – MCR, item 2.8.3, quanto à desclassificação das operações.

As avaliações realizadas até o momento confirmaram que as operações potencialmente envolvidas não colocarão em dúvida a qualidade das informações trimestrais do FNO, tendo em conta o histórico creditício no Banco e no Sistema Financeiro Nacional dos clientes, o patrimônio dos clientes e a colateralização das operações potencialmente envolvidas, sem prejuízo da continuidade do monitoramento e fiscalização dessas operações, principalmente quanto ao já mencionado possível desvio de finalidade do recurso do FNO.

A administração do Banco continuará acompanhando a evolução das apurações pela Corregedoria Interna do Banco, bem como avaliará ações relativas ao aprimoramento contínuo dos controles internos e da governança do Banco, envidando esforços constantes em busca da eficiência e qualidade na aplicação do FNO.

Diretoria Executiva

Luiz Claudio Moreira Lessa
Presidente

Fábio Yassuda Maeda
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor

Diego Santos Lima
Diretor

José Maria de Lima Quinto Filho
Diretor

Joana Emília Ramos Lima
Diretora

Marcelo dos Santos Souza
Contador
CRC – PA Reg. 012778/O-3



Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco da Amazônia S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco da Amazônia S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

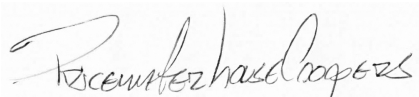


Banco da Amazônia S.A.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Brasília, 15 de maio de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by:
Paulo Rodrigo Pecht
Signed by: PAULO RODRIGO PECHT/2618992824
CPF: 25159282824
Signed In: Pecht
Signing Time: 15 May 2026 | 22:08 BRT
© K2P-Brazil, OJ: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Invent: AC SERVIDA RFB v5
#C2618992824#

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Banco da Amazônia S.A, de acordo com o disposto no Art. 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, tomou conhecimento e concordou que as Informações Trimestrais (ITR) refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras referentes ao 1º trimestre de 2026.

Belém (PA), 15 de maio de 2026.

**ANTONIO MANOEL MARQUES GUEDES DA
CRUZ JUNIOR**
Presidente

LUIZ CLAUDIO MOREIRA LESSA
Conselheiro

RODRIGO OCTÁVIO ORAIR
Conselheiro

MARIA ABADIA DA SILVA ALVES
Conselheira

JORGE ROBERTO ALBUQUERQUE ROQUE
Conselheiro

LAURO ARCÂNGELO ZANOL
Conselheiro

ARNALDO MARQUES DE ALMEIDA
Conselheiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

A Diretoria do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e em conformidade com o artigo 27, parágrafo 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, reviu, discutiu e concorda com as Informações Trimestrais (ITR) do Banco da Amazônia S.A., relativo ao trimestre findo em 31 de março de 2026, e declara estar de acordo com as informações constantes nos referidos documentos.

Belém (PA), 15 de maio de 2026.

Diretoria Executiva

Luiz Claudio Moreira Lessa
Presidente

Fábio Yassuda Maeda
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor

Joana Emília Ramos Lima
Diretora

Diego Santos Lima
Diretor

José Maria de Lima Quinto Filho
Diretor

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Em conformidade com o artigo 27, parágrafo 1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório da PwC - Auditores Independentes, sobre as Informações Trimestrais (ITR) do Banco da Amazônia S.A., relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2026, não havendo qualquer discordância.

Belém (PA), 15 de maio de 2026.

Diretoria Executiva

Luiz Claudio Moreira Lessa
Presidente

Fábio Yassuda Maeda
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor

Joana Emília Ramos Lima
Diretora

Diego Santos Lima
Diretor

José Maria de Lima Quinto Filho
Diretor

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Claudio Moreira Lessa
Presidente

Diego Santos Lima
Diretor

Fábio Yassuda Maeda
Diretor

Joana Emilia Ramos Lima
Diretora

José Maria de Lima Quinto Filho
Diretor

Roberto Batista Schwartz Martins de Paula
Diretor

COMITÊ DE AUDITORIA

Corinto Lucca Arruda
Coordenador

Marco Antonio Mayer Foletto
Membro

CONSELHO FISCAL

Quênio Cerqueira de França
Presidente

Alex Pereira Benício
Conselheiro

Regis Anderson Dudena
Conselheiro

Leticia Pedercini Issa
Conselheira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antonio Manoel Marques Guedes da Cruz
Junior
Presidente

Luiz Claudio Moreira Lessa
Conselheiro

Rodrigo Octávio Orair
Conselheiro

Maria Abadia da Silva Alves
Conselheira

Jorge Roberto Albuquerque Roque
Conselheiro

Lauro Arcângelo Zanol
Conselheiro

Arnaldo Marques de Almeida
Conselheiro

CONTADOR

Marcelo dos Santos Souza
CRC-PA 012778/O-3